

TRABALHO E SOCIEDADE

O trabalho é um assunto sobre o qual sempre há muitas perguntas a fazer. Afinal, para que ele existe? Quem o inventou? Seu significado é semelhante nas diferentes sociedades?

Poderíamos dizer que o trabalho existe para satisfazer as necessidades humanas, desde as mais simples, como as de alimento, vestimenta e abrigo, até as mais complexas, como as de lazer, crença e fantasia. E, se o trabalho existe para satisfazer nossas necessidades, fomos nós que o inventamos. No entanto, essa atividade humana nem sempre teve o mesmo significado, a mesma organização e o mesmo valor. É o que veremos nesta unidade.

1. O TRABALHO NAS DIFERENTES SOCIEDADES

Em nossa sociedade, a produção de cada objeto envolve uma complexa rede de trabalho e de trabalhadores. Vamos tomar como exemplo um produto que faz parte do dia a dia de grande número de pessoas: o pãozinho de água e sal.



Os ingredientes básicos para fazer um pãozinho são o trigo, a água, o sal e o fermento. Para que haja trigo é necessário que alguém o plante e o colha; é preciso que haja moinhos para moê-lo e comercialização para que chegue até a padaria.

Esse mesmo processo serve para o sal, que deve ser retirado do mar, processado e embalado. O fermento é produzido em outras empresas por outros trabalhadores, com outras matérias-primas. A água precisa ser captada, tratada e distribuída, o que exige

uma complexa infraestrutura com grande número de trabalhadores.

São necessários equipamentos, como a máquina para preparar a massa e o forno para assar o pão, fabricados em indústrias que, por sua vez, empregam outras matérias-primas e trabalhadores.

É necessário algum tipo de energia proporcionada pelo fogo (e isso exige madeira ou carvão) ou energia elétrica (que é gerada em hidroelétricas ou termoeletricas). As usinas de energia, por sua vez, precisam de equipamentos, linhas de transmissão e trabalhadores para fazer tudo isso acontecer.

Na ponta de todo esse trabalho, estão as padarias, mercadinhos e supermercados, onde o pãozinho finalmente chega às mãos do consumidor.

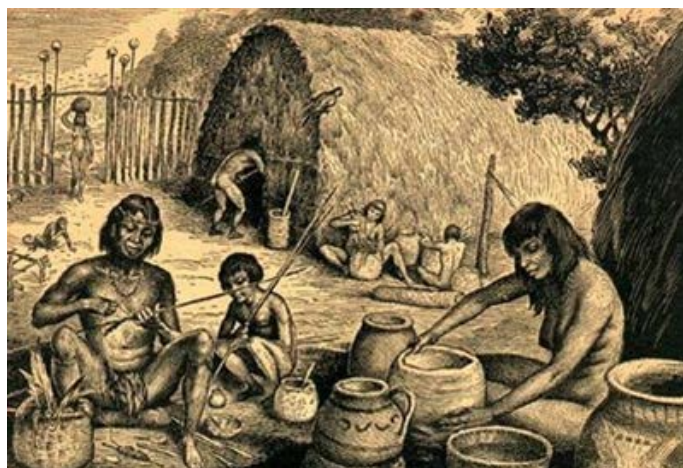
Se para comer um simples pão há tanta gente envolvida, direta e indiretamente, você pode imaginar quanto trabalho é necessário para a fabricação do ônibus, da bicicleta ou do automóvel, para a construção da casa em que você vive ou da escola onde estuda.

Essa complexidade das tarefas relacionadas à produção é uma característica da nossa sociedade. Outros tipos de sociedade, do presente e do passado, apresentam características bem diversas.

1.1 A produção nas sociedades tribais

As sociedades tribais diferenciam-se umas das outras em muitos aspectos, mas pode-se dizer, em termos gerais, que não são estruturadas pela atividade que em nossa sociedade denominamos trabalho. Nelas todos fazem quase tudo, e as atividades relacionadas à obtenção do que as pessoas necessitam para se manter — caça, coleta, agricultura e criação — estão associadas aos ritos e mitos, ao sistema de parentesco, às festas e às artes, integrando-se, portanto, a todas as esferas da vida social.

A organização dessas atividades caracteriza-se pela divisão das tarefas por sexo e por idade. Os equipamentos e instrumentos utilizados, comumente vistos pelo olhar estrangeiro como muito simples e rudimentares, são eficazes para realizar tais tarefas.



Guiados por esse olhar, vários analistas, durante muito tempo, classificaram as sociedades tribais como de economia de subsistência e de técnica rudimentar, passando a ideia de que elas viveriam em estado de pobreza, o que é um preconceito. Se hoje muitas delas dispõem de áreas restritas, enfrentando difíceis condições de vida, em geral, antes do contato com o chamado “mundo civilizado”, a maioria vivia em áreas abundantes em caça, pesca e alimentos de vários tipos.

Marshall Sahlins, antropólogo estadunidense, chama essas sociedades de “sociedades da abundância” ou “sociedades do lazer”, destacando que seus membros não só tinham todas as suas necessidades materiais e sociais plenamente satisfeitas, como dedicavam um mínimo de horas diárias ao que nós chamamos de trabalho. Os ianomâmis, da Amazônia, dedicavam pouco mais de três horas diárias às tarefas relacionadas à produção; os *guayakis*, do Paraguai, cerca de cinco horas, mas não todos os dias; e os *kungs*, do deserto do Kalahari, no sul da África, em média quatro horas por dia.

O fato de dedicar menos tempo a essas tarefas não significava, no entanto, ter uma vida de privações. Ao contrário, as sociedades tribais viviam muito bem alimentadas, e isso fica comprovado em relatos que sempre demonstram a vitalidade de todos os seus membros. É claro que tais relatos referem-se à experiência de povos que viviam antes do contato com o “mundo civilizado”.

A explicação para o fato de os povos tribais trabalharem muito menos do que nós está no modo como se relacionam com a natureza, também diferente do nosso. Por um lado, para eles, a terra é o espaço em que vivem e tem valor cultural, pois dá aos humanos seus frutos: a floresta presenteia os caçadores com os animais de que necessitam para a sobrevivência e os rios oferecem os peixes que ajudam na alimentação. Tudo isso é um presente da “mãe natureza”. Por outro lado, os povos tribais têm uma profunda intimidade com o meio em que vivem. Conhecem os animais e as plantas, a forma como crescem e se reproduzem e quais podem ser utilizados para a alimentação, para a cura de seus males ou para seus ritos.

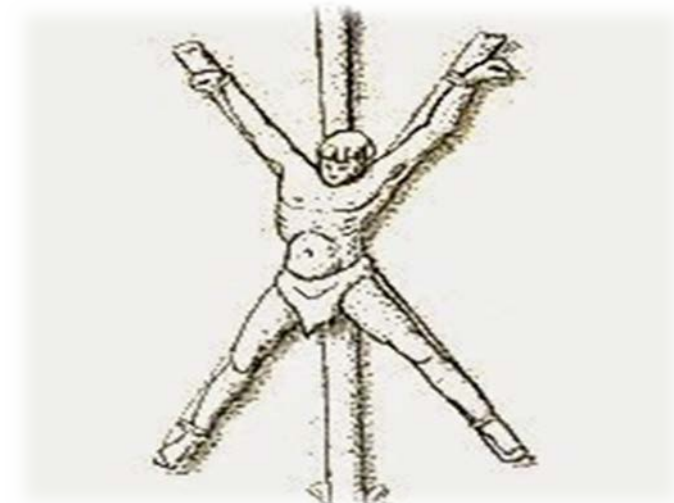
Integradas ao meio ambiente e a todas as demais atividades, as tarefas relacionadas à produção não compõem, assim, uma esfera específica da vida, ou seja, não há um “mundo do trabalho” nas sociedades tribais.

1.2 Escravidão e servidão

O termo *trabalho* pode ter nascido do vocábulo latino *tripallium*, que significa “instrumento de tortura”, e por muito tempo esteve associado à ideia de atividade penosa e torturante.

Nas **sociedades grega e romana** era a mão de obra escrava que garantia a produção suficiente para suprir as necessidades da população. Existiam outros

trabalhadores além dos escravos, como os meeiros, os artesãos e os camponeses.



No entanto, mesmo os trabalhadores livres eram explorados e oprimidos pelos senhores e proprietários. Estes eram desobrigados de qualquer atividade, exceto a de discutir os assuntos da cidade e o bem-estar dos cidadãos. Para que não dependessem do próprio trabalho e pudessem se dedicar exclusivamente a essa atividade, o trabalho escravo era fundamental.

Os gregos distinguiam claramente a atividade braçal de quem cultiva a terra, a atividade manual do artesão e a atividade do cidadão que discute e procura soluções para os problemas da cidade.

De acordo com a filósofa alemã Hanna Arendt (1906-1975), os gregos utilizavam os termos *labor*, *poiesis* e *práxis* para expressar suas três concepções para a ideia de trabalho.

O *labor* é o esforço físico voltado para a sobrevivência do corpo, sendo, portanto, uma atividade passiva e submissa ao ritmo da natureza. O exemplo mais claro dessa atividade é o cultivo da terra, pois depende de forças que o ser humano não pode controlar, como o clima e as estações.

Poiesis corresponde ao fazer, ao ato de fabricar, de criar algum produto mediante o uso de um instrumento ou mesmo das próprias mãos. O produto desse trabalho muitas vezes subsiste à vida de quem o fabrica, tem um tempo de permanência maior que o de seu produtor. O trabalho do artesão ou do escultor se enquadraria nessa concepção.

A *práxis* é a atividade que tem a palavra como principal instrumento, isto é, utiliza o discurso como um meio para encontrar soluções voltadas para o bem-estar dos cidadãos. É o espaço da política, da vida pública.

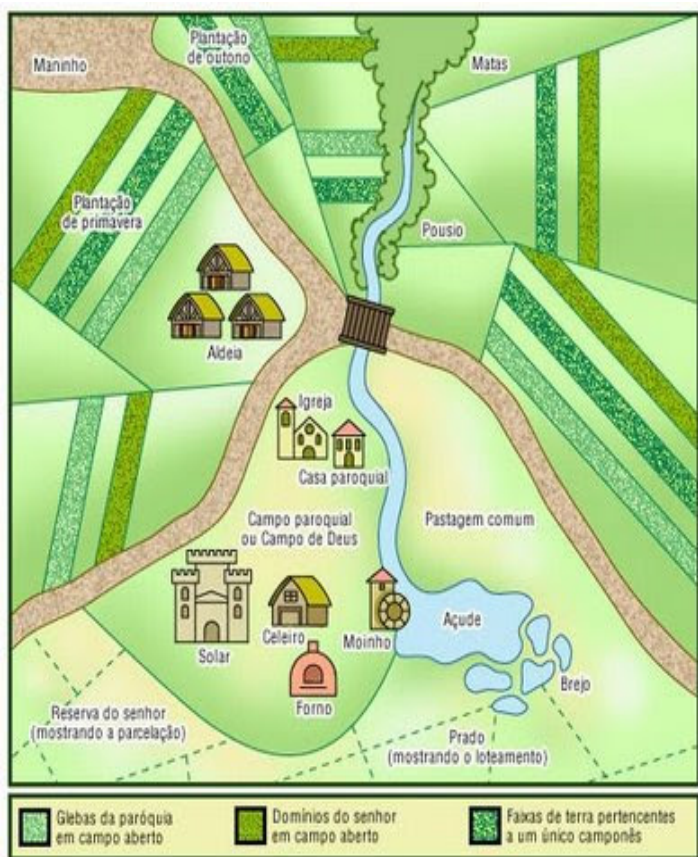
Nas **sociedades feudais**, como no mundo greco-romano, havia também aqueles que trabalhavam — os servos, os camponeses livres e os aldeãos — e aqueles que viviam do trabalho dos outros — os senhores feudais e os membros do clero. A terra era o principal meio de produção, e os trabalhadores tinham direito a seu usufruto e ocupação, mas nunca à

propriedade. Muitos trabalhavam em regime de servidão, no qual não gozavam de plena liberdade, mas também não eram escravos. Prevalcia um sistema de deveres do servo para com o senhor e deste para com aquele.

Além de cultivar as terras a ele destinadas, o servo era obrigado a trabalhar nas terras do senhor, bem como na construção e manutenção de estradas e pontes.

Essa obrigação se chamava **corveia**. Devia também ao senhor a **talha**, uma taxa que se pagava sobre tudo o que se produzia na terra e atingia todas as categorias dependentes. Outra obrigação devida ao senhor pelo servo eram as **banalidades**, pagas pelo uso do moinho, do forno, dos tonéis de cerveja e pelo fato de, simplesmente, residir na aldeia. Essa obrigação era extensiva aos camponeses.

Examinando a ilustração abaixo pode-se ter uma ideia da organização do espaço e do trabalho na propriedade feudal.



Embora o trabalho ligado à terra fosse o preponderante nas sociedades medievais, outras formas de trabalho merecem destaque, como as atividades artesanais, desenvolvidas nas cidades e mesmo nos feudos, e as atividades comerciais.

Nas cidades, o artesanato tinha uma organização rígida baseada nas corporações de ofício. No topo da escala dessas corporações, havia um mestre que controlava o trabalho de todos. Esse mestre encarregava-se de pagar os direitos ao rei ou ao senhor feudal e de fazer respeitar todos os compromissos com a corporação. Abaixo dele vinha o oficial, que ocupava

uma posição intermediária entre a do aprendiz e a do mestre. Cabia ao oficial fixar a jornada de trabalho e a remuneração, sendo também o responsável por transmitir os ensinamentos do mestre aos aprendizes.

O aprendiz, que ficava na base dessa hierarquia, devia ter entre 12 e 15 anos e era subordinado a um só mestre. Seu tempo de aprendizado era predeterminado, bem como os seus deveres e as sanções a que estava sujeito, conforme o estatuto da corporação.



Nas sociedades que vimos neste tópico, da Antiguidade até o fim da Idade Média, as concepções do que denominamos trabalho apresentam variações, mas poucas alterações. Sempre muito desvalorizado, o trabalho não era o elemento central, o núcleo que orientava as relações sociais. Estas se definiam pela hereditariedade, pela religião, pela honra, pela lealdade e pela posição em relação às questões públicas. Eram esses os elementos que permitiam que alguns vivessem do trabalho dos outros.

1.3 As bases do trabalho na sociedade moderna

Com o fim do período medieval e a emergência do mercantilismo e do capitalismo, o trabalho “mudou de figura”. Se antes ele era visto como uma atividade penosa e torturante, passou aos poucos a ser considerado algo positivo.

Isso aconteceu porque, não sendo mais possível contar com o serviço compulsório, foi preciso convencer as pessoas de que trabalhar para os outros era bom; dizia-se que só assim todos saíam beneficiados. Para mudar a concepção de trabalho — de atividade vil para atividade que dignifica o homem —, algumas instituições, como veremos adiante, deram sua colaboração.

Vejamos agora as mudanças que ocorreram na estrutura do trabalho. Como a estrutura anterior foi-se desagregando? Como os artesãos e pequenos produtores se transformaram em assalariados?

Primeiro, casa e local de trabalho foram separados; depois, separaram o trabalhador de seus instrumentos; por fim, tiraram dele a possibilidade de conseguir a própria matéria-prima. Os comerciantes e industriais que haviam acumulado riquezas passaram a

financiar, organizar e coordenar a produção de mercadorias, definindo o que produzir e em que quantidade. Afinal, o dinheiro era deles.

Essa transformação aconteceu por meio de dois processos de organização do trabalho: a cooperação simples e a manufatura (ou cooperação avançada).

Na **cooperação simples**, era mantida a hierarquia da produção artesanal entre o mestre e o aprendiz, e o artesão ainda desenvolvia, ele próprio, todo o processo produtivo, do molde ao acabamento.

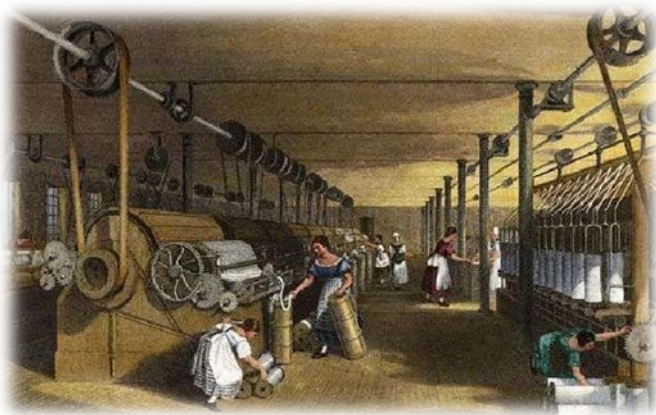
A diferença é que ele estava a serviço de quem lhe financiava não só a matéria-prima, como até mesmo alguns instrumentos de trabalho, e também definia o local e as horas a serem trabalhadas.

Esse tipo de organização do trabalho abriu caminho para novas formas de produção, que começaram a se definir como trabalho coletivo.

No processo de **manufatura** (ou cooperação avançada), o trabalhador até continuava a ser artesão, mas não fazia tudo, do começo ao fim. O sapato, por exemplo, era feito a muitas mãos, como numa linha de montagem. Cada um cuidava de uma parte, como hoje acontece com os carros e tantos outros produtos fabricados.

A manufatura foi o segundo passo para o surgimento do *trabalhador coletivo*, ou seja, o artesão tornou-se um trabalhador sem entendimento da totalidade do processo de trabalho e perdeu também seu controle. Só entendia, por exemplo, da cola do salto do sapato, pois era isso o que ele fazia o tempo todo. O produto tornou-se resultado das atividades de muitos trabalhadores. E o trabalho, por sua vez, transformou-se em mercadoria que podia ser vendida e comprada, como qualquer outra.

Surgiu, então, uma terceira forma de trabalho: a **maquinofatura**. Com ela, o espaço de trabalho, definitivamente, passou a ser a fábrica, pois era lá que estavam as máquinas que “comandavam” o processo de produção. Todo o conhecimento que o trabalhador usava para produzir suas peças foi dispensado, ou seja, sua destreza manual foi substituída pela máquina.



Com esse processo ocorreu o convencimento do trabalhador de que a situação presente era melhor

do que a anterior. Diversos setores da sociedade colaboraram para essa mudança:

- As **igrejas** procuraram passar a ideia de que o trabalho era um bem divino e de que quem não trabalhasse não seria abençoado. Não trabalhar (ter preguiça) passou a ser pecado.

- Os **governantes** passaram a criar uma série de leis e decretos que penalizavam quem não trabalhasse. Os desempregados eram considerados vagabundos e podiam ir para a prisão. Inclui-se aqui o auxílio da polícia, encarregada de prender esses “vagabundos”.

- Os **empresários** desenvolveram uma disciplina rígida no trabalho, principalmente com horários de entrada e saída dos estabelecimentos.

- As **escolas** passaram às crianças a ideia de que o trabalho era fundamental para a sociedade. Esse conceito era ensinado, por exemplo, nas tarefas e lições e também por meio dos contos infantis. Quem não se lembra, por exemplo, da história da cigarra e da formiga ou da dos três porquinhos? Quem não trabalhava “levava sempre a pior”.



Na vida real, a história era bem outra. O trabalhador estava livre, quer dizer, não era mais escravo nem servo, mas trabalhava mais horas do que antes.

Max Weber, em seu livro *História econômica*, publicado em 1923, afirma que isso era necessário para que o capitalismo existisse. O trabalhador era livre apenas legalmente porque, na realidade, via-se forçado, pela necessidade e para não passar fome, a fazer o que lhe impunham.

Ainda assim, não foi fácil submeter o trabalhador às longas jornadas e aos rígidos horários, pois a maioria não estava acostumada a isso. A maior parte da população que foi para as cidades trabalhava anteriormente no campo, onde o único “patrão” era o ritmo da natureza, que definia quanto e quando trabalhar. Cada sementeira e cada colheita tinham seu tempo certo, de acordo com o clima e a época. Além disso, o mesmo indivíduo fazia várias coisas, não era um operário especializado em uma só tarefa. Ele podia plantar, colher, construir uma mesa ou um banco e trabalhar num tear; enfim, desenvolvia várias habilidades.

2. O TRABALHO NA SOCIEDADE MODERNA CAPITALISTA

Como já vimos, a crescente divisão do trabalho é uma das características das sociedades modernas.

Os autores clássicos Émile Durkheim e Karl Marx, já conhecidos nossos, têm visões diferentes sobre essa questão, e o pensamento de ambos marca perspectivas de análise diversas ainda hoje.

Assim, é importante conhecer essas duas visões para entender melhor a questão do trabalho na vida social moderna.

2.1 Karl Marx e a divisão social do trabalho

Para Karl Marx, a divisão social do trabalho é realizada no processo de desenvolvimento das sociedades. Ele quer dizer que, conforme buscamos atender a nossas necessidades, estabelecemos relações de trabalho e maneiras de dividir as atividades. Por exemplo: nas sociedades tribais, a divisão era feita com base nos critérios de sexo e idade; quando a agricultura e o pastoreio começaram a ser praticados, as funções se dividiram entre quem plantava, quem cuidava dos animais e quem caçava ou pescava.

Com a formação das cidades, houve uma divisão entre o trabalho rural (agricultura) e o trabalho urbano (comércio e indústria). O desenvolvimento da produção e seus excedentes deram lugar a uma nova divisão entre quem administrava — o diretor ou gerente — e quem executava — o operário. Aí está a semente da divisão em classes, que existe em todas as sociedades modernas.

Para Marx, portanto, a divisão social do trabalho numa sociedade gera a divisão em classes.

Com o surgimento das fábricas, apareceu também o proprietário das máquinas e, conseqüentemente, quem pagava o salário do operador das máquinas.

A mecanização revolucionou o modo de produzir mercadorias, mas também colocou o trabalhador debaixo de suas ordens.

Ele começou a servir à máquina, pois o trabalho passou a ser feito somente com ela. E não era preciso ter muitos conhecimentos; bastava saber operá-la. Sendo um operador de máquinas eficiente, o trabalhador seria bom e produtivo.

Subordinado à máquina e ao proprietário dela, o trabalhador só tem, segundo Marx, sua força de trabalho para vender, mas, se não vendê-la, o empresário também não terá quem opere as máquinas. É o que Marx chama de relação entre dois iguais. Ou seja, uma relação entre proprietários de mercadorias, mediante a compra e a venda da força de trabalho.

Vejamos como isso acontece. Ao assinar o contrato, o trabalhador aceita trabalhar, por exemplo,

oito horas diárias, ou quarenta horas semanais, por determinado salário. O capitalista passa, a partir daí, a ter o direito de utilizar essa força de trabalho no interior da fábrica.

O que ocorre, na realidade, é que o trabalhador, em quatro ou cinco horas de trabalho diárias, por exemplo, já produz o referente ao valor de seu salário total; as horas restantes são apropriadas pelo capitalista.

Isso significa que, diariamente, o empregado trabalha três a quatro horas para o dono da empresa, sem receber pelo que produz. O que se produz nessas horas a mais é o que Marx chama de *mais-valia*.

As horas trabalhadas e não pagas, acumuladas e reaplicadas no processo produtivo, vão fazer com que o capitalista enriqueça rapidamente. E assim, todos os dias, isso acontece nos mais variados pontos do mundo: uma parcela significativa do valor-trabalho produzido pelos trabalhadores é apropriada pelos capitalistas. Esse processo chama-se *acumulação de capital*.

No processo de extração de mais-valia, os capitalistas utilizam duas estratégias: aumentam o número de horas trabalhadas contratando mais trabalhadores ou ampliando as horas de trabalho, gerando a *mais-valia absoluta*; introduzem diversas tecnologias e equipamentos visando aumentar a produção com o mesmo número de trabalhadores (ou até menos), elevando a produtividade do trabalho, mas mantendo o mesmo salário, gerando assim a *mais-valia relativa*.

Os conflitos entre os capitalistas e os operários aparecem a partir do momento em que estes percebem que trabalham muito e estão cada dia mais miseráveis. Assim, vários tipos de enfrentamento ocorreram ao longo do desenvolvimento do capitalismo, desde o movimento dos destruidores de máquinas no início do século XIX (ludismo) até as greves registradas durante todo o século XX (voltaremos a esse assunto na unidade 3).

A jornada de trabalho no capitalismo no século XIX

“Que é uma jornada de trabalho?” De quanto é o tempo durante o qual o capital pode consumir a força de trabalho, cujo valor diário ele paga? Por quanto tempo pode ser prolongada a jornada de trabalho além do tempo de trabalho necessário à reprodução dessa mesma força de trabalho? A essas perguntas, viu-se que o capital responde: a jornada de trabalho compreende diariamente as 24 horas completas, depois de descontar as poucas horas de descanso, sem as quais a força de trabalho fica totalmente impossibilitada de realizar novamente sua tarefa.

Entende-se por si, desde logo, que o trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho e que, por isso, todo o seu tempo disponível é por natureza e por direito tempo de

trabalho, portanto, pertencente à autovalorização do capital.

Tempo para a educação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o preenchimento de funções sociais, para o convívio social, para o jogo livre das forças vitais físicas e espirituais, mesmo o tempo livre de domingo — e mesmo no país do sábado santificado — pura futilidade!

[...]

Em vez da conservação normal da força de trabalho determinar aqui o limite da jornada de trabalho é, ao contrário, o maior dispêndio possível diário da força de trabalho que determina, por mais penoso e doentamente violento, o limite do tempo de descanso do trabalhador. O capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho. O que interessa a ele, pura e simplesmente, é um maximum de força de trabalho que em uma jornada de trabalho poderá ser feito fluir.

[...]

A produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valia, absorção de mais-trabalho, produz, portanto, com o prolongamento da jornada de trabalho não apenas a atrofia da força de trabalho, a qual é roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atividade.

Ela produz a exaustão prematura e o aniquilamento da própria força de trabalho. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador num prazo determinado mediante o encurtamento de seu tempo de vida.

Marx, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1. p. 211-2.

2.2 Émile Durkheim e a coesão social

Émile Durkheim analisa as relações de trabalho na sociedade moderna de forma diferente da de Marx. Em seu livro *Da divisão do trabalho social*, escrito no final do século XIX, procura demonstrar que a crescente especialização do trabalho promovida pela produção industrial moderna trouxe uma forma superior de solidariedade, e não de conflito.

Para Durkheim, há duas formas de solidariedade: a mecânica e a orgânica.

A *solidariedade mecânica* é mais comum nas sociedades menos complexas, nas quais cada um sabe fazer quase todas as coisas de que necessita para viver. Nesse caso, o que une as pessoas não é o fato de uma depender do trabalho da outra, mas a aceitação de um conjunto de crenças, tradições e costumes comuns.

Já a *solidariedade orgânica* é fruto da diversidade entre os indivíduos, e não da identidade das crenças e ações. O que os une é a interdependência das funções sociais, ou seja, a necessidade que uma pessoa tem da outra, em virtude da divisão do trabalho social existente na sociedade. É o que exemplificamos no capítulo

anterior descrevendo o trabalho e os trabalhadores envolvidos na produção do pão.

Com base nessa visão, na sociedade moderna, a coesão social seria dada pela divisão crescente do trabalho. E isso é fácil de observar em nosso cotidiano.

Tomamos um ônibus que tem motorista e cobrador, compramos alimentos e roupas que são produzidos por outros trabalhadores.

Também podemos ir ao posto de saúde, ao dentista, ao médico ou à farmácia quando temos algum problema de saúde e lá encontramos outras tantas pessoas que trabalham para resolver essas questões.

Enfim, poderíamos citar uma quantidade enorme de situações que nos fazem dependentes de outras pessoas. Durkheim afirma que a interdependência provocada pela crescente divisão do trabalho cria solidariedade, pois faz a sociedade funcionar e lhe dá coesão.

Segundo esse autor, toda a ebulição no final do século XIX, resultante da relação entre o capital e o trabalho, não passava de uma questão moral. O que fez surgir tantos conflitos foi a falta de instituições e normas integradoras (anomia) que permitissem que a solidariedade dos diversos setores da sociedade, nascida da divisão do trabalho, se expressasse e, assim, pusesse fim aos conflitos.

Para Durkheim, se a divisão do trabalho não produz a solidariedade, é porque as relações entre os diversos setores da sociedade não são regulamentadas pelas instituições existentes.

As duas diferentes formas de analisar as relações na sociedade moderna capitalista, apresentadas por Marx e Durkheim, acabaram influenciando outras ideias no século XX, mesmo quando a situação do trabalho parecia ter mudado. Vamos ver como isso aconteceu.

A divisão do trabalho social cria a solidariedade

Bem diverso [da solidariedade mecânica] é o caso da solidariedade produzida pela divisão do trabalho. Enquanto a precedente implica que os indivíduos se assemelham, esta supõe que eles diferem uns dos outros. A primeira só é possível na medida em que a personalidade individual é absorvida na personalidade coletiva; a segunda só é possível se cada um tiver uma esfera de ação própria, por conseguinte, uma personalidade.

É necessário, pois, que a consciência coletiva deixe descoberta uma parte da consciência individual, para que nela se estabeleçam essas funções especiais que ela não pode regulamentar; e quanto mais essa região é extensa, mais forte é a coesão que resulta dessa solidariedade.

De fato, de um lado, cada um depende tanto mais estreitamente da sociedade quanto mais dividido

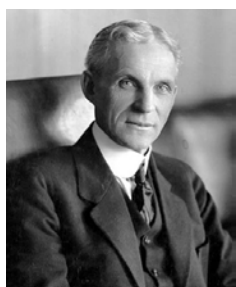
for o trabalho nela e, de outro, a atividade de cada um é tanto mais pessoal quanto mais for especializada. Sem dúvida, por mais circunscrita que seja, ela nunca é completamente original; mesmo no exercício de nossa profissão, conformamo-nos a usos, a práticas que são comuns a nós e a toda a nossa corporação.

Mas, mesmo nesse caso, o jugo que sofremos é muito menos pesado do que quando a sociedade inteira pesa sobre nós, e ele proporciona muito mais espaço para o livre jogo de nossa iniciativa. Aqui, pois, a individualidade do todo aumenta ao mesmo tempo que a das partes; a sociedade torna-se mais capaz de se mover em conjunto, ao mesmo tempo em que cada um de seus elementos tem mais movimentos próprios.

Essa solidariedade se assemelha à que observamos entre os animais superiores. De fato, cada órgão aí tem sua fisionomia especial, sua autonomia, e contudo a unidade do organismo é tanto maior quanto mais acentuada essa individuação das partes. Devido a essa analogia, propomos chamar de orgânica a solidariedade devida à divisão do trabalho.

Durkheim, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 108.

2.3 Fordismo-taylorismo



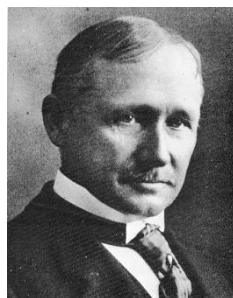
No século XX, o aperfeiçoamento contínuo dos sistemas produtivos deu origem a uma divisão do trabalho muito bem detalhada e encadeada. Essa nova forma de organização tornou-se conhecida como fordismo, numa referência a **Henry Ford** (1863-1947). Foi ele quem, a partir de 1914, implantou em sua fábrica de automóveis um modelo que seria seguido por muitas outras indústrias, a ponto de representar uma nova etapa da produção industrial.

As mudanças introduzidas por Ford visavam à produção em série de um produto (o Ford modelo T) para o consumo em massa. Ele estabeleceu a jornada de oito horas, por 5 dólares ao dia, o que, na época,



significava renda e tempo de lazer suficientes para o trabalhador suprir todas as suas necessidades básicas e até adquirir um dos automóveis produzidos na empresa.

Iniciava-se, assim, o que veio a se chamar a era do consumismo: produção e consumo em larga escala. Esse processo disseminou-se e atingiu quase todos os setores produtivos das sociedades industriais. Mas isso por si só não explica o fordismo. É apenas um de seus aspectos, o mais aparente.



Já no final do século XIX, **Frederick Taylor** (1865-1915), em seu livro *Princípios de administração científica*, propunha a aplicação de princípios científicos na organização do trabalho, buscando maior racionalização do processo produtivo.

Com as mudanças introduzidas por Henry Ford em sua fábrica, as expressões *fordismo* e *taylorismo* passaram a ser usadas para identificar um mesmo processo: aumento de produtividade com o uso mais adequado possível de horas trabalhadas, por meio do controle das atividades dos trabalhadores, divisão e parcelamento das tarefas, mecanização de parte das atividades com a introdução da linha de montagem e um sistema de recompensas e punições conforme o comportamento dos operários no interior da fábrica.

Em razão dessas medidas, foi desenvolvido um sistema de planejamento para aprimorar cotidianamente as formas de controle e execução das tarefas, o que resultou na criação de um setor de especialistas na administração da empresa. A hierarquia, bem como a impessoalidade das normas, foi introduzida no processo produtivo, sempre comandado por administradores treinados para isso.

A capacidade e a especialização dos operários tinham valor secundário, pois o essencial eram as tarefas de planejamento e supervisão.

Por incrível que pareça, essas diretrizes não foram utilizadas apenas no universo capitalista; o modelo fordista-taylorista foi adotado também, com algumas adaptações, na então União Soviética. O próprio Lênin aconselhava sua utilização como uma alternativa para elevar a produção industrial soviética.

Com Ford e Taylor, a divisão do trabalho passou pelo planejamento vindo de cima, não levando em conta os operários.



Para corrigir isso, **Elton Mayo** (1880-1949), professor da Universidade de Harvard (Estados Unidos), buscou medidas que evitassem o conflito e promovessem o equilíbrio e a colaboração no interior das empresas. Suas ideias de

conciliação, desenvolvidas na Escola de Relações Humanas a partir dos anos 1930, procuravam revalorizar os grupos de referência dos trabalhadores, principalmente o familiar, evitando assim um desenraizamento dos operários.

A visão de Taylor, a de Ford e, depois, a de Elton Mayo revelam a influência das formulações de Durkheim sobre a consciência coletiva. Durkheim afirmou que há uma consciência coletiva que define as ações individuais, submetendo todos à norma, à regra, à disciplina, à moral e à ordem estabelecidas.

As empresas devem dar continuidade a isso, definindo claramente o lugar e as atividades de cada um, para que não haja dúvida sobre o que cada membro deve fazer.

Se houver conflito, diz ele, deve ser minimizado através de uma coesão social, baseada na ideia de consenso, orientada pela existência de uma consciência coletiva que paira acima dos indivíduos na sociedade.



Em seu livro *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*, o sociólogo estadunidense

Harry Bravermann critica essa visão. Ele afirma que o taylorismo foi somente o coroamento e a síntese de várias ideias, que germinaram durante todo o século XIX na

Inglaterra e nos Estados Unidos, cujo objetivo era transferir para as mãos das gerências o controle de todo o processo produtivo.

O taylorismo tirava do trabalhador o último resquício de saber sobre a produção: a capacidade de operar uma máquina. Agora ele tinha que operá-la do modo como os administradores definiam. Estava concluída a expropriação em todos os níveis da autonomia dos trabalhadores, que ficavam totalmente dependentes dos gerentes e administradores.

A crítica marxista a Elton Mayo destaca que as formas de regulamentação da força de trabalho por ele propostas seriam indiretas, pela manipulação do operário por intermédio de especialistas em resolver conflitos.

Assim, psicólogos e sociólogos, assistentes sociais e administradores procuraram de várias formas cooptar os trabalhadores para que eles não criassem situações de conflito no interior das empresas. A empresa lhes daria segurança e apoio e, portanto, deveriam trabalhar coesos, como se fizessem parte de uma comunidade de interesses.

Talvez a expressão “lá na minha empresa”, que ouvimos de muitos trabalhadores, seja um exemplo de quanto essa perspectiva atingiu os corações e mentes.

Foi com esses procedimentos que o fordismo-taylorismo se desenvolveu e tornou-se a ideologia dominante em todo tipo de empresa, até mesmo nas

comerciais e de serviços. E ficou tão forte na sociedade capitalista que suas concepções acabaram chegando às escolas, às famílias, aos clubes, às igrejas e às instituições estatais; enfim, penetraram em todas as organizações sociais que buscam, de uma forma ou de outra, o controle e a eficiência das pessoas.

Essa forma de organizar o trabalho foi marcante até a década de 1970 e ainda prevalece em muitos locais, com múltiplas variações. Entretanto, novas formas de produção e de trabalho foram surgindo desde então.

A condição operária na fábrica taylorista

Na minha vida de fábrica, foi uma experiência única. [...] para mim pessoalmente, veja o que significou o trabalho na fábrica. Mostrou que todos os motivos exteriores (que antes eu julgava interiores) sobre os quais, para mim, se apoiava o sentimento de dignidade, o respeito por mim mesma, em duas ou três semanas ficaram radicalmente arrasados pelo golpe de uma pressão brutal e cotidiana. E não creio que tenham nascido em mim sentimentos de revolta. Não, muito ao contrário. Veio o que era a última coisa do mundo que eu esperava de mim: a docilidade. Uma docilidade de besta de carga resignada. Parecia que eu tinha nascido para esperar, para receber, para executar ordens — que nunca tinha feito senão isso — que nunca mais faria outra coisa. Não tenho orgulho de confessar isso. É a espécie de sofrimento que nenhum operário fala; dói demais, só de pensar.

[...]

Dois fatores condicionam esta escravidão: a rapidez e as ordens. A rapidez: para alcançá-la, é preciso repetir movimento atrás de movimento, numa cadência que, por ser mais rápida que o pensamento, impede o livre curso da reflexão e até do devaneio. Chegando-se à frente da máquina, é preciso matar a alma, oito horas por dia, pensamentos, sentimentos, tudo. [...] As ordens: desde o momento em que se bate o cartão na entrada até aquele em que se bate o cartão na saída, elas podem ser dadas, a qualquer momento, de qualquer teor. E é preciso sempre calar e obedecer. A ordem pode ser difícil ou perigosa de se executar, até inexecutável; ou então, dois chefes dando ordens contraditórias; não faz mal: calar-se e dobrar-se.

[...]

Engolir nossos próprios acessos de enervamento e de mau humor; nenhuma tradução deles em palavras, nem em gestos, pois os gestos estão determinados, minuto a minuto, pelo trabalho.

Esta situação faz com que o pensamento se dobre sobre si, se retraia, como a carne se retrai debaixo de um bisturi. Não se pode ser “consciente”.

Weil, Simone. Carta a Albertine Thévenon (1934-5). In: Bosi, Ecléa (org.). *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 65.

3. TOYOTISMO E NEOLIBERALISMO

As reestruturações produtivas podem ser consideradas, apesar dos intervalos de tempo, elementos estruturais das sociedades capitalistas. É sempre necessário incrementar a produção para aumentar os lucros, e esse incremento se caracteriza como uma grande transformação.

Assim, as reestruturações produtivas ou revoluções passivas têm papel fundamental na reprodução das sociedades capitalistas.

Vimos que no início do século XX o taylor-fordismo caracterizou-se como a forma de organização das indústrias e empresas, sobretudo as de automóveis, eletrodomésticos ou de produtos duráveis e não duráveis. Esse tipo de organização tinha como elementos centrais a produção em massa e o consumo em massa.

O trabalho era repetitivo, de alta intensidade, com compensações salariais (salários por peça ou por produtividade) e dentro de uma cadeia produtiva marcada por um rígido controle.

Esse tipo de produção vingou na Europa, Estados Unidos e Japão até meados dos anos 1960. Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, foi substituído gradativamente e com variações históricas de país para país, por uma nova forma de organização da produção: o toyotismo.

Antes de estudar o toyotismo, é importante lembrar por que essa substituição tecnológica foi necessária. Juntamente com o período taylor-fordista (aproximadamente do início do século XX até meados da década de 1960) formou-se um tipo de Estado que dava suporte a esse tipo de organização das indústrias.

Com o crescimento vertiginoso da produção, surgiram novas associações trabalhistas e empresariais, novos sindicatos, novos padrões de consumo e de comportamento. Tornou-se necessário um certo tipo de Estado para regular essas novas relações.

Esse tipo de Estado, conhecido como de Bem-Estar Social, estabeleceu leis trabalhistas, de regulamentação da jornada de trabalho, com regras gerais que de certa forma protegiam a classe trabalhadora. No entanto, essa mesma classe se sujeitava à intensidade da produção taylor-fordista, muito rígida e disciplinada, para atingir altos índices de produtividade.

Por volta do final dos anos 1960, as taxas de lucratividade começaram a cair e a classe capitalista impôs a necessidade de restaurar as taxas de lucro perdido.

Nesse contexto, uma forma de organização da produção introduzida nos anos 1960 por Taiichi Ohno (1912-1990), engenheiro de produção da Toyota no Japão, começou a ser implantada, nos anos seguintes, nas fábricas de automóveis dos Estados Unidos e da

Europa Ocidental e, posteriormente, na maior parte do mundo.

O modelo implantado no Japão tem seis características básicas:

a) Produção por demanda, com estoques mínimos;

b) Flexibilização da produção, a fim de torná-la variada, ao contrário do fordismo, que produzia em série o mesmo tipo de produto;

c) Automação das máquinas, isto é, máquinas que desempenham várias funções e funcionam com menor grau de intervenção do trabalhador;

d) Sistema *just-in-time* (tempo certo), no qual a matéria-prima, peça ou acessório chega ao local de produção apenas no momento em que será utilizada, evitando o acúmulo de produtos no estoque;



e) O *kanban*, um sistema de etiquetas que leva a informação sobre a necessidade de reposição do produto no estoque;

f) Os CCQs (Círculos de Controle de Qualidade), grupos de trabalhadores que supervisionam a qualidade dos produtos, completando um processo de responsabilização por cada etapa de produção, que deve atingir uma qualidade preestabelecida.

Essencialmente, o que muda do taylor-fordismo para o toyotismo é a automação da produção, isto é, a substituição de antigas máquinas por robôs e máquinas sofisticadas, permitindo que parte do contingente de trabalhadores seja dispensada.

A introdução dessas novas tecnologias economiza tempo de trabalho.

Ao economizar tempo de trabalho, os capitalistas podem dispensar certo número de trabalhadores, poupando, assim, custos produtivos, o que eleva as taxas de lucratividade e desmobiliza as organizações de defesa dos trabalhadores, como os sindicatos e partidos operários. As consequências disso, para a classe trabalhadora, são o crescimento abrupto do desemprego, a diminuição do valor dos salários, a desmobilização política e a queda de seu poder de compra.

O toyotismo concebe também um novo tipo de trabalhador. O trabalhador das indústrias taylorfordistas, o operário que produzia em massa (o operário-massa), foi substituído por um trabalhador polivalente. As novas máquinas ou robôs, com funções muito mais avançadas, exigem novas qualificações para ser operados.



Enquanto o operário taylorfordista operava uma só máquina, em uma rotina de tarefas simplificadas, o operário polivalente opera várias máquinas. E mais: acumula as funções dos operários que foram dispensados, fica sobrecarregado e ainda passa a ser responsável pela qualidade dos produtos, gerenciando sua própria atividade.

A implantação do toyotismo foi diferenciada em todo o mundo e dependeu das particularidades de cada sociedade. Mas, acima de tudo, essa forma de reestruturar a produção cumpriu seu papel histórico de reproduzir as classes sociais e a desigualdade social entre elas.

Seu desenvolvimento pleno serviu-se de políticas macroeconômicas implantadas pelo Estado. Surgiu, assim, em paralelo a essa grande transformação na produção e procurando regulamentá-la, um novo tipo de Estado chamado Neo liberal, que substituiu o Estado de Bem-Estar Social da época taylorfordista. As características centrais do Estado Neoliberal (neoliberalismo) são:

- a) Governo mínimo, com cortes no contingente de servidores públicos;
- b) Privatizações de estatais e transferência das questões econômicas para o mercado;
- c) Flexibilização das leis trabalhistas, permitindo a intensificação e a maior exploração do trabalho;
- d) Livre circulação de capitais internacionais, o que pressupõe a abertura dos países periféricos às multinacionais e incentivos à política de baixos impostos.

O Estado Neoliberal, que se estruturou a partir do final dos anos 1970 na Inglaterra com Margaret Thatcher (1925-) e no início dos anos 1980 nos Estados Unidos com Ronald Reagan (1911-2004), foi fundamental para o desenvolvimento da reestruturação produtiva toyotista no mundo.

A promoção de políticas que desregulamentavam as leis de proteção do trabalhador foi extremamente importante para que esse tipo de produção vingasse. Assim, superados a produção taylorfordista e o Estado de Bem-Estar Social, foi implantada uma nova ordem internacional baseada na relação da produção toyotista (ou flexível) com o Estado Neoliberal.

4. NOVAS MODALIDADES DE TRABALHO

Com o desenvolvimento da produção toyotista, caracterizada pela automação produtiva, muitos trabalhadores foram dispensados. Apesar disso, a produtividade aumentou muito, restaurando os lucros. Esse aumento da produção foi acompanhado por um crescimento do setor de serviços. Grandes empresas de comida (*fast-food*), de saúde (convênios médicos), de comunicação (telefonia, internet e televisão), entre outras, dimensionaram o mercado por conta do enxugamento do Estado e das políticas neoliberais.

Na política neoliberal, o Estado transfere para o mercado setores que antes considerava estratégicos. Por exemplo, a telefonia no Brasil esteve até os anos 1990 nas mãos do Estado. Porém, com base em uma política de cortes nos gastos públicos, foi concedida às empresas atuantes no mercado a possibilidade de explorar a telefonia.

Do ponto de vista do Estado neoliberal, trata-se de enxugar os gastos, criando novas frentes de crescimento econômico ao transferir a administração desse tipo de atividade produtiva.

O setor de serviços, assim, expandiu-se juntamente com as indústrias de bens duráveis. Tanto nas indústrias como nos serviços foram requisitadas novas qualificações profissionais. Por exemplo, operar uma máquina ultrassofisticada em uma montadora de automóveis exige alta qualificação profissional.

Para desenvolver novos *softwares* (programas de computador), as empresas precisam de profissionais qualificados nessa função; um operador de telemarketing precisa ter certo grau de instrução técnica. Portanto, novos tipos de qualificação passaram a ser demandados pelas empresas criadas ou em expansão.

Entre esses novos tipos de trabalho, um deles, que tem como fundamento as qualificações intelectuais, ficou conhecido como imaterial. Por que imaterial? Porque o trabalho feito tradicionalmente nas indústrias era considerado material, isto é, todo tipo de trabalho que tem como matéria-prima objetos físicos, que conseguimos tocar ou pegar. Já o trabalho imaterial é todo aquele que tem como matéria-prima elementos intangíveis (que não se pode tocar).

O trabalho do metalúrgico em uma montadora de automóveis, de uma costureira em uma fábrica de sapatos, de um minerador em uma mina de carvão, de um cortador de cana-de-açúcar podem ser considerados trabalhos materiais, pois utilizam objetos físicos.

Em contrapartida, o trabalho do operador de telemarketing, do programador de *software*, do atendente de uma operadora de celular, do publicitário, por exemplo, podem ser considerados trabalhos imateriais, pois são compostos de elementos abstratos, intangíveis, não físicos.

Em resumo, **trabalho imaterial** é aquele que utiliza recursos abstratos, ou seja, do conhecimento, da inteligência, da capacidade cognitiva, da criatividade. Para entender a importância desse tipo de trabalho na contemporaneidade nos interrogamos: qual seria o papel do trabalho imaterial na sociedade capitalista? Seria uma atividade absolutamente distinta do trabalho material? Do ponto de vista da sociedade capitalista, o trabalho imaterial continua a ser um tipo de trabalho assalariado, ou seja, fundamental para a produção de lucros?



Do ponto de vista da produção de lucros nada muda. As empresas que utilizam trabalho imaterial o fazem com base no pagamento de um salário que corresponde a um valor social médio da força de trabalho e está diretamente ligado à produtividade. Não faz diferença se a produção é de geladeiras ou de sistemas operacionais de computador, se é de televisores ou de campanhas de publicidade.

O que continua importando para os donos das empresas é a taxa de lucro que obterão no fim do mês e do ano. Se as taxas de lucro são maiores na produção de geladeiras haverá uma migração de capitais para esse tipo de produção. Se o lucro for maior na produção de programas de computador, haverá uma migração para esse ramo. A avaliação de rendimentos é sempre algo estratégico para os capitalistas.

As empresas de telefonia no Brasil são expressão de indústrias que se utilizam basicamente de trabalhos considerados imateriais. Elas continuam investindo nesse ramo porque o consideram extremamente lucrativo. A utilização do conhecimento como matéria-prima das produções de tipo imaterial é, assim, uma forma de reprodução social das formas de exploração do trabalho. Com ela, repõem-se as desigualdades sociais, as hierarquias produtivas e a divisão em classes sociais opostas.

Portanto, as formas intelectualizadas de trabalho obedecem, de modo geral, aos mesmos princípios dos trabalhos tipicamente manuais. São também formas específicas de trabalho assalariado. Mesmo que tenham características distintas em relação ao seu conteúdo e às qualificações profissionais

requisitadas, são submetidas à lógica de reprodução das relações sociais capitalistas e, portanto, à exploração do trabalho.

4.1 As transformações recentes no mundo do trabalho

Novas transformações aconteceram na sociedade capitalista, principalmente depois da década de 1970, e todas elas têm a ver com a busca desenfreada por mais lucro. Como a recessão aumentou por causa da crise do petróleo, os capitalistas inventaram novas formas de elevar a produtividade do trabalho e expandir os lucros. Começaram, então, a surgir formas de flexibilização do trabalho e do mercado.

Em seu livro *Condição pós-moderna* o sociólogo estadunidense David Harvey chamou essa fase de pós-fordismo, ou fase da acumulação flexível. Outros autores também estudaram essa nova fase do capitalismo, como o estadunidense Richard Sennett, em seu livro *A cultura do novo capitalismo*.

Existem duas formas de flexibilização próprias desse processo que merecem ser lembradas aqui: a flexibilização dos processos de trabalho e de produção e a flexibilização e mobilidade dos mercados de trabalho.



A primeira forma ocorre com a automação e a consequente eliminação do controle manual por parte do trabalhador. Desse modo, o engenheiro que entende de programação eletrônica, de supervisão ou análise de sistemas passa a ter uma importância estratégica nas novas instalações industriais.

Com o processo de automação, não existe mais um trabalhador específico para uma tarefa específica. O trabalhador deve estar disponível para adaptar-se às diversas funções existentes na empresa. Os que não se adaptam normalmente são despedidos. A nova configuração mundial do trabalho cria, assim, muita incerteza e insegurança; por isso, a situação dos trabalhadores no mundo de hoje é bastante sombria.

A flexibilização e mobilidade dos mercados de trabalho ocorre quando os empregadores passam a utilizar as mais diferentes formas de trabalho: doméstica e familiar, autônoma, temporária, por hora ou por curto prazo, terceirizada, entre outras.

Elas substituem a forma clássica do emprego regular, sob contrato, sindicalizado, permitindo alta

rotatividade da força de trabalho e, conseqüentemente, baixo nível de especialização e forte retrocesso da ação dos sindicatos na defesa dos direitos trabalhistas.

A acumulação flexível ou pós-fordismo

A *acumulação flexível*, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo.

[...]

Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças de padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas

[...].

A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilidade de todos os artificios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica.

A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais.

Harvey, David. *Condição pós-moderna*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1993. p. 140 e 148.

4.3 A sociedade salarial está no fim?

Até há pouco tempo, o trabalhador podia entrar numa empresa, trabalhar anos seguidos e aposentar-se nela. Era o chamado posto fixo de trabalho. Hoje, isso está desaparecendo, conforme explica o sociólogo francês Robert Castel, em seu livro *A metamorfose da questão social: uma crônica do salário*.

O sociólogo mostra que, na França, essa situação está dando lugar a uma nova sociedade, na qual o trabalho e a previdência já não significam segurança, o que causa transtornos terríveis em termos sociais e individuais. Ele destaca quatro aspectos que parecem estar se generalizando no mundo:

- A desestabilização dos estáveis. As pessoas que têm emprego estão sendo "invalidadas" por vários motivos. Algumas porque são consideradas "velhas" (em torno de 50 anos); outras porque não têm formação suficiente para o que se quer; há ainda aquelas que são consideradas jovens demais para se aposentar.

- A precariedade do trabalho. Há um desemprego constante nos últimos anos, e a maioria dos trabalhadores desempregados normalmente só encontra postos de trabalho instáveis, de curta duração ou em períodos alternados.

- O *déficit* de lugares. Não há postos de trabalho para todos, nem para os que estão envelhecendo, nem para os mais novos que procuram emprego pela primeira vez. Isso sem falar naqueles que estão desempregados há muito tempo e até participam de programas de requalificação.

- A qualificação do emprego. Há tantas exigências para a formação do trabalhador que se cria uma situação aparentemente sem solução. É o caso dos jovens, que não são contratados porque não têm experiência, mas nunca poderão ter experiência se não forem contratados. Pessoas em torno de 20 anos ficam vagando de estágio em estágio ou de programas de estágio para outros programas. Há, ainda, jovens com boa qualificação que ocupam empregos inferiores, tirando o trabalho dos que têm pouca qualificação.

Todas essas situações criam indivíduos como que estranhos à sociedade, pois não conseguem se integrar nela, desqualificando-se também do ponto de vista cívico e político. Eles próprios consideram-se inúteis sociais. Ocorre praticamente uma perda de identidade, já que o trabalho é uma espécie de "passaporte" para alguém fazer parte da sociedade. No Brasil, tudo isso acontece, principalmente nos grandes centros urbanos.

O desemprego

De fato, a forma contemporânea daquilo que ainda se chama desemprego jamais é circunscrita, jamais definida e; portanto, jamais levada em consideração. Na verdade, nunca se discute aquilo que se designa pelos termos "desemprego" e "desempregados"; mesmo quando esse problema parece ocupar o centro da preocupação geral, o fenômeno real é, ao contrário, ocultado.

Um desempregado, hoje, não é mais objeto de uma marginalização provisória, ocasional, que atinge apenas alguns setores; agora, ele está às voltas com uma implosão geral, com um fenômeno comparável a tempestades, ciclones e tornados, que não visam ninguém em particular, mas aos quais ninguém pode resistir. Ele é objeto de uma lógica planetária que supõe a supressão daquilo que se chama trabalho; vale dizer, empregos.

Forrester, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Unesp, 1997. p. 10-11

4.4 O trabalho flexibilizado e mundializado

O sociólogo brasileiro Octávio Ianni (1926-2004), no artigo "O mundo do trabalho", publicado em

1994 no periódico *São Paulo em perspectiva* (Seade), afirma que todas as mudanças no mundo do trabalho são quantitativas e qualitativas, e afetam a estrutura social nas mais diferentes escalas.

Entre essas mudanças, ele aponta o rompimento dos quadros sociais e mentais que estavam vinculados a uma base nacional.

Ele quer dizer que hoje, com o trabalho flexível e volante no mundo todo, pessoas migram para outros países em busca de trabalho. E, assim, nos países a que chegam, geralmente vivem em situação difícil, desenvolvendo trabalhos insalubres e em condições precárias.

Além das dificuldades de adaptação, com frequência enfrentam problemas de preconceito racial, religioso e cultural.

O fenômeno dos decasséguis, os brasileiros descendentes de japoneses que se deslocam para trabalhar no Japão por curtas ou longas temporadas, é a expressão bem visível desse processo. Trabalham mais de 12 horas por dia e são explorados ao máximo. Alguns, mais qualificados, conseguem bons empregos, mas a maioria não. A esta restam as opções de voltar ou de lá permanecer marginalizada.

Emprego: o problema é seu

[...] todos os assalariados de uma empresa, não importa qual seja o seu nível hierárquico, não sabem nunca se serão mantidos ou não no emprego, porque não é a riqueza econômica da empresa que vai impedir que exista redução de efetivo. Vou dar o exemplo [...] da Peugeot e da Citroen [Grupo PSA], que conheço bem, na França. É uma empresa que está funcionando muito bem. Ela passa seu tempo a despedir as pessoas de maneira regular. Isso é perversão, mas a perversão está ligada à psicologização. O que quero dizer com isso? Poderão permanecer na empresa apenas aqueles que são considerados de excelente performance.

[...] Isso é psicologização, na medida em que, se alguém não consegue conservar o seu trabalho, fala-se tranquilamente: "mas é sua culpa, você não soube se adaptar, você não soube fazer esforços necessários, você não teve uma alma de vencedor, você não é um herói." [...] quer dizer: "você é culpado e não a organização da empresa ou da sociedade. A culpa é só sua." Isso culpabiliza as pessoas de modo quase total, pessoas que, além disso, ficam submetidas a um estresse profissional extremamente forte. Então as empresas exigem daqueles que permanecem um devotamento, lealdade e fidelidade, mas ela não dá nada em troca. Ela vai dizer simplesmente: "você tem a chance de continuar, mas talvez você também não permaneça".

Enriquez, Eugène. Perda de trabalho, perda de identidade. In: Nabuco, Maria Regina, Carvalho Neto, Antonio. *Relações de trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: IRT, 1999. p. 77.

O TRABALHO NO BRASIL

Quando analisamos o trabalho no Brasil, não podemos nos esquecer de que ele está ligado ao envolvimento do país na trama internacional, desde que os portugueses aqui chegaram no século XVI.

Basta lembrar que a "descoberta" do Brasil aconteceu porque havia na Europa o movimento das expansões ultramarinas, em que os europeus esquadrihavam os oceanos em busca de novas terras para explorar e de novos produtos para incorporar ao processo de desenvolvimento mercantilista.

A produção agrícola para a exportação e a presença da escravidão no Brasil também estão vinculadas à vinda dos europeus e, é claro, todo o processo de industrialização-urbanização a partir de 1930 até hoje.

No final do século XIX, com a abolição da escravidão no Brasil, encerrou-se um período de mais de 350 anos de predomínio do trabalho escravo. Portanto, nós só convivemos com a liberdade formal de trabalho há pouco mais de cem anos. Esse passado de escravidão continua pesando.

5.1 As primeiras décadas depois da escravidão

Mesmo antes do fim da escravidão, os grandes proprietários de terras, principalmente os fazendeiros paulistas, procuraram trazer imigrantes para trabalhar em suas terras.

A primeira experiência de utilização da força de trabalho legalmente livre e estrangeira foi realizada pelo senador Vergueiro, grande fazendeiro da região oeste de São Paulo que, em 1846, trouxe 364 famílias da Alemanha e da Suíça. Em 1852, importou mais 1,5 mil colonos e, posteriormente, propôs-se trazer mais mil colonos por ano.

Isso era feito com a ajuda financeira do governo da província de São Paulo, que arcava com os custos da importação e ainda subvencionava as empresas agenciadoras de mão de obra estrangeira.

O sistema de trabalho então adotado ficou conhecido como *colonato*, pois as famílias que aqui chegavam assinavam um contrato nos seguintes termos: o fazendeiro adiantava uma quantia necessária ao transporte e aos gastos iniciais de instalação e sobrevivência dos colonos e de sua família. Estes, por sua vez, deviam plantar e cuidar de um número determinado de pés de café.

No final da colheita, seria feita uma divisão com o proprietário. Os colonos eram obrigados a pagar juros pelo adiantamento e não podiam sair da fazenda enquanto não houvessem saldado sua dívida, o que demorava muito, uma vez que o adiantamento era sempre maior que os lucros advindos do café.

Assim se criava o que passou a ser conhecido como “parceria de endividamento”, porque o colono não conseguia pagar a dívida contraída com o fazendeiro. Essa dívida, muitas vezes, passava de pai para filho, de tal modo que os filhos ficavam hipotecados desde o início do contrato.



As experiências iniciais não foram bem-sucedidas, pois os colonos não aceitavam tamanha exploração e muitas vezes fugiam da fazenda ou se revoltavam contra esse sistema, como foi o caso da revolta na fazenda Ibicaba, de propriedade do senador Vergueiro, em 1857.

Acrescente-se a isso a pressão dos governos estrangeiros para minorar os males infligidos a seus cidadãos no Brasil. A imigração ficou estagnada até os anos 80 daquele século, quando foi retomada com novo vigor.

Isso pode ser verificado pelos seguintes dados: no período de 1820 a 1890, emigraram para o Brasil 987.461 pessoas. Nos dez anos seguintes, de 1891 a 1900, o total foi de 1.129.315 pessoas. Nos trinta anos seguintes, esse movimento prosseguiu, com uma média de quase 1 milhão de pessoas a cada dez anos.

A maioria dessas pessoas foi trabalhar no campo, mas outras se estabeleceram nas cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, onde trabalhavam nas indústrias nascentes, no pequeno comércio e como vendedores ambulantes de todo tipo de mercadorias. As condições de vida desses trabalhadores não eram das melhores e o nível de exploração nas fábricas era muito grande, de tal maneira que os operários trataram de se organizar em associações e sindicatos.

A partir dos primeiros anos do século XX, os trabalhadores urbanos passaram a reivindicar melhores condições de trabalho, diminuição da carga horária semanal, melhorias salariais e, ainda, normatização do trabalho de mulheres e crianças, que eram empregadas em grande número e ainda mais exploradas do que os homens.

Diante das condições de vida e de trabalho extremamente precárias, os trabalhadores iniciaram vários movimentos, por meio dos quais pretendiam modificar essa situação.

Apoiados por uma imprensa operária, que crescia rapidamente, os trabalhadores passaram a organizar movimentos grevistas, que culminaram com a maior greve até então havida no país, a de 1917, em São Paulo. Nesse período, que foi até 1930, a questão social, principalmente no que se referia aos trabalhadores, era tratada como um problema de polícia.

Com o desenvolvimento industrial crescente, as preocupações com o trabalhador rural continuaram a existir, mas a atenção maior das autoridades voltava-se para as condições do trabalhador urbano, que determinaram a necessidade de uma regulamentação das atividades trabalhistas no Brasil. Isso aconteceu pela primeira vez no início da década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

No período de 1929 até o final da Segunda Grande Guerra — em que as exportações foram fracas e houve forte investimento do Estado em fontes energéticas, em siderurgia e em infra-estrutura —, buscou-se uma ampliação do processo de industrialização no Brasil, o que significou um aumento substancial do número de trabalhadores urbanos.

Até o fim da Segunda Guerra, o Brasil continuava a ser um país em que a maioria da população vivia na zona rural.

Mantinha-se, assim, uma estrutura social, econômica e política vinculada à terra. As transformações que ocorreram posteriormente mudaram a face do país, mas o passado continua influenciando, principalmente nas concepções de trabalho. Ainda hoje não é difícil ouvir a expressão “trabalhei como se fosse um escravo”, ou perceber o desprezo pelo trabalho manual e pelas atividades rurais, que nos lembram um passado do qual a maioria das pessoas quer fugir.

5.2 A situação do trabalho nos últimos sessenta anos

Nos últimos sessenta anos, convivemos no Brasil, simultaneamente, com várias formas de produção. Vejamos alguns exemplos da diversidade das situações de trabalho que se observam no Brasil de hoje:

- Trabalhadores, indígenas ou não, que tiram seu sustento coletando alimentos na mata, conhecidos como *povos da floresta*.

- Trabalhadores da agropecuária, compreendendo os que ainda trabalham com enxada e facho e os que utilizam máquinas e equipamentos sofisticados, como, por exemplo, as colheitadeiras, muitas delas computadorizadas.

- Trabalhadores empregados em indústrias de transformação ou de produção de bens duráveis ou não duráveis, seja em grandes empresas nacionais ou internacionais, seja em pequenas fábricas “de fundo de quintal”.

- Trabalhadores nos setores de serviços e de comércio, que reúnem a maioria das pessoas. Há desde quem viva do comércio ambulante até quem se empregue nos grandes supermercados e *shopping centers*; há trabalhadores braçais, que fazem reparos em casas, e funcionários de empresas de serviços altamente informatizadas, nas quais os equipamentos eletrônicos fazem a maior parte das tarefas.

- Trabalhadores administrativos, em empresas e organizações públicas e privadas, desenvolvendo atividades das mais simples, como servir cafezinho, até as mais complexas, como gerenciar um sistema computacional.

- Crianças que trabalham em muitas das atividades descritas.

- Trabalhadores submetidos à escravidão por dívida.

Como já vimos, em 1945, a maior parte da população brasileira vivia na zona rural. Em 2010, a maior parte da população vivia na zona urbana.

Isso significa que nesses sessenta e cinco anos houve uma transformação radical no Brasil, e ela foi feita por milhares de trabalhadores que, efetivamente, criaram condições diferentes para se realizar como cidadãos num país tão rico e tão desigual.

Em 2008, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), das 92,4 milhões de pessoas ocupadas, 76,3 milhões trabalhavam em atividades não agrícolas.

O setor que concentrava o maior número de indivíduos era o da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção, correspondendo a 24,3% do total das pessoas ocupadas. Ou seja, o processo de urbanização, com todos os seus desdobramentos, criou uma situação completamente nova, mudando o perfil de trabalho no Brasil e, com isso, as oportunidades de trabalho também.

Emprego e qualificação

Ouvimos a todo momento nas conversas informais e encontramos com frequência nos meios de comunicação a afirmação de que só terá emprego quem tiver qualificação. A qualificação em determinados ramos da produção é necessária e cada dia mais exigida, mas isso somente para alguns poucos postos de trabalho. A maioria das ocupações exige somente o mínimo de informação, que normalmente o trabalhador consegue adquirir no próprio processo de trabalho.

A elevação do nível de escolaridade não significa necessariamente emprego no mesmo nível e boas condições de trabalho.

Quantos graduados em Engenharia ou Arquitetura estão trabalhando como desenhistas? Quantos formados em Medicina são assalariados em hospitais e serviços médicos, tendo uma jornada de

trabalho excessiva? E os formados em Direito que não conseguem passar no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), muitos por ter uma formação deficiente, e se empregam nos mais diversos ramos de atividade, em geral muito abaixo daquilo que estão, em tese, habilitados a desenvolver? Ou seja, a formação universitária, cada dia mais deficiente, não garante empregos àqueles que possuem diploma universitário, seja pela qualificação insuficiente, seja porque não existe emprego para todos.



Encontram-se situações exemplares nos dois polos da qualificação:

- Em muitas empresas de limpeza exige-se formação no ensino médio para a atividade de varrição de rua, o que demonstra que não há relação entre o que se faz e a escolarização solicitada, pois não é necessário ter nível médio para isso, mesmo que existam pessoas com até mais escolaridade que por necessidade o fazem.

- Jovens doutores (que concluíram ou estão fazendo o doutorado) são despedidos ou não são contratados por universidades particulares porque recebem salários maiores e as instituições não querem pagar mais. Nesse caso, não importa a melhoria da qualidade do ensino, e sim a lucratividade que as empresas educacionais podem obter.

O trabalho informal

Há no Brasil muitos trabalhadores que desenvolvem suas atividades no chamado setor informal, o qual, em períodos de crise e recessão, cresce de modo assustador. Para ter uma ideia do que representa esse setor, vamos aos dados do IBGE.

Segundo a PNAD realizada em 2008, 34,5% dos 92,4 milhões de indivíduos ocupados têm carteira de trabalho assinada. Entre os que não têm nenhum tipo de registro jurídico, encontram-se os trabalhadores que constituem o chamado setor informal.

O setor informal inclui empregados de pequenas empresas sem registro, indivíduos que desenvolvem, por conta própria, atividades como o comércio ambulante, a execução de reparos ou pequenos consertos, a prestação de serviços pessoais (de empregadas domésticas, babás) e de serviços de entrega (de entregadores, *motoboy*s), a coleta de materiais recicláveis, etc. A lista é enorme.

E há ainda aqueles trabalhadores, normalmente mulheres, que em casa mesmo preparam pães, bolos e salgadinhos em busca de uma renda mínima para sobreviver.

Todos fazem a economia funcionar, mas as condições de trabalho a que se submetem normalmente são precárias e não dão a mínima segurança e permanência na atividade.

5.3 O desemprego

Depois das grandes transformações pelas quais o Brasil passou nos últimos trinta anos, a questão do desemprego continua sendo um dos grandes problemas nacionais. Na agricultura houve a expansão da mecanização em todas as fases — preparo da terra, plantio e colheita —, ocasionando a expulsão de milhares de pessoas, que tomaram o rumo das cidades. Na indústria, a crescente automação das linhas de produção também colocou milhares de pessoas na rua.

Para ter uma ideia do que aconteceu nesse setor, basta dizer que, na década de 1980, para produzir 1,5 milhão de veículos, as montadoras empregavam 140 mil operários. Hoje, para produzir 3 milhões de veículos, as montadoras empregam apenas 90 mil trabalhadores. Nos serviços, principalmente no setor financeiro, a automação também desempregou outros tantos. Enfim, se a chamada modernização dos setores produtivos e de serviços conseguiu aumentar a riqueza nacional, não provocou o aumento da quantidade de empregos — ao contrário, a modernização tem aumentado o desemprego.

Esse quadro só poderá ser mudado com mais desenvolvimento econômico, afirmam alguns; outros dizem que é impossível resolver o problema na sociedade capitalista, pois, por natureza, no estágio em que se encontra, ela gera o desemprego, e não há como reverter isso na presente estrutura social; há ainda os que consideram o desemprego uma questão de sorte, de relações pessoais, de ganância das empresas, etc.

Todas as explicações podem conter um fundo de verdade, desde que se saiba a perspectiva de quem fala. Entretanto, está faltando uma explicação, que deixará claro que o desemprego não é uma questão individual nem culpa do desempregado.

Essa explicação está na política econômica desenvolvida no Brasil há mais de vinte anos, até o início do século XXI. A inexistência de postos de trabalho, além das razões anteriormente apontadas, foi o resultado de uma política monetária de juros altos e, também, de uma política fiscal de redução dos gastos públicos.

Nos últimos anos, essa tendência foi alterada com a queda gradativa dos juros e com o aumento dos gastos públicos. Excetuando o final de 2008 e o ano de 2009, devido à repercussão da crise financeira mundial, observa-se que há uma tendência de queda do

desemprego no Brasil. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgada no início de 2009 pelo IBGE, a taxa de desemprego em 2008 ficou em 7,9%, contra 9,3% em 2007. É o menor índice da série histórica, iniciada em 2002, que contempla os dados das regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

A previsão para 2010 é que o nível de emprego e o aumento de renda retornarão aos patamares anteriores à crise financeira. Isso só poderá ocorrer com a ampliação da presença do Estado nos mais diversos setores — educação, saúde, segurança, transporte, cultura, esporte, lazer —, além de investimentos maciços em obras públicas (de infraestrutura, principalmente) e habitação e incentivos crescentes a todos os setores industriais, o que envolverá a contratação de milhares de pessoas.

5.4 Trabalho escravo

Em muitas partes do Brasil pode-se encontrar, ainda, a exploração do trabalho escravo, nas formas mais cruéis possíveis. Em seu livro *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*, o sociólogo Ricardo Rezende Figueira traça um detalhado panorama dessa forma de trabalho nos estados do Pará, Piauí, Mato Grosso e Rondônia.



Por meio de uma pesquisa minuciosa, Figueira demonstra as razões que levam as pessoas a procurar trabalho naqueles estados, o aliciamento pelos empreiteiros com suas promessas, a ação dos fiscais e dos fazendeiros, a violência normalmente envolvida nas ações.

De acordo com esse estudo, os trabalhadores são mantidos em cativeiro pelo mecanismo da dívida eterna, isto é, eles são obrigados a comprar tudo de que necessitam nos barracões das fazendas, de tal modo que estão sempre devendo ao proprietário no final do mês, num processo cumulativo que acaba tornando impossível a quitação da dívida. É o que o autor chama de escravidão por dívida.

Apesar de haver legislação específica e esforços governamentais para impedir esse tipo de situação no país, empresários e fazendeiros inescrupulosos utilizam o trabalho escravo de modo contínuo, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, contando com a impunidade de seus atos.

6. Precarização do trabalho no Brasil contemporâneo

Nas últimas décadas ocorreram grandes mudanças na economia mundial, sobretudo a partir da influência da reestruturação produtiva iniciada na década de 1970 nos Estados Unidos e na Europa ocidental. As consequências desse processo de reestruturação produtiva mundial, que teve por base a substituição intensa de trabalho por novas tecnologias produtivas, sobretudo robótica e microeletrônica, foram percebidas no Brasil durante a década de 1990, mas se prolongam até os dias de hoje.

A incorporação dessa base tecnológica foi impulsionada pelo avanço do neoliberalismo dos governos Fernando Collor (1990 a 1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), que promoveram a abertura econômica, a privatização de empresas estatais e a desregulamentação de leis de proteção ao trabalhador. Essas medidas tiveram como consequências centrais o aumento do desemprego formal e, em razão disso, o aumento do trabalho informal, reduções salariais significativas, a precarização do trabalho e o enfraquecimento político da classe trabalhadora.

A Sociologia brasileira analisou esse período destacando questões como: a consolidação da democracia política, o nascimento de novos movimentos sociais, a constituição de políticas neoliberais, de novas identidades sociais e culturais, a questão ambiental, a questão racial, as políticas de inclusão social, as políticas de cotas e, nos últimos anos, a discussão sobre as classes médias e sobre o neodesenvolvimentismo.

A seguir discutiremos a questão do trabalho e de sua precarização, enfatizando em que medida a desigualdade social ganhou novos contornos em razão das relações de trabalho que se estabeleceram nas três últimas décadas.

A reestruturação produtiva chegou ao Brasil no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Da mesma forma que a reestruturação produtiva europeia e estadunidense, ocasionou a substituição intensa de postos de trabalho por tecnologias robótica e microeletrônica. Com isso, provocou a dispensa de boa parte da classe operária industrial e o acúmulo de funções para os trabalhadores que permaneceram em seus postos de trabalho.

Entretanto, no Brasil, o processo de reestruturação produtiva apresenta particularidades. Enquanto na Europa e nos Estados Unidos observava-se, antes da reestruturação produtiva, leis de proteção ao trabalhador instituídas no contexto do Estado de bem-estar social, no Brasil a história é bem distinta.

Nos dois cenários a reestruturação se desenvolve em um mesmo sentido: aumentar a produtividade para gerar mais lucro, com base na

subalternização política da classe trabalhadora e de suas instituições representativas (sindicatos e partidos).

No Brasil, porém, um passado de desigualdades sociais, que desde o período colonial tem relação com a escravidão, depois com as formas desiguais de inclusão do negro na sociedade de classes, de separação marcante entre ricos e pobres, influenciou profundamente a forma como a reestruturação produtiva se efetivou no país.

Em termos de desigualdade social, o Brasil continua apresentando um dos índices mais altos do mundo. A reestruturação produtiva aprofundou uma condição de precariedade que a classe trabalhadora já vivenciava desde sua formação, no início do século XX.

A precarização do trabalho tem, portanto, não apenas características gerais, que abrangem outros países no mundo, mas também características específicas.

Entre as características gerais, podemos destacar a desregulamentação das leis de proteção ao trabalhador e a terceirização, que se fundamenta no princípio da empresa enxuta. As empresas transferem para terceiros a responsabilidade de partes da produção que não considerem estratégicas. Por exemplo, as indústrias de automóveis terceirizaram não apenas a produção de peças e a distribuição dos veículos, mas também a segurança dos prédios e a alimentação dos funcionários.



Esse processo pode ser observado também entre os bancos, que na década de 1990 terceirizaram o serviço de compensação de cheques, além da segurança e da alimentação dos funcionários.

Em relação à desregulamentação de leis trabalhistas, durante os anos 1990 houve um processo de “flexibilização” das negociações salariais, de jornada de trabalho (com o banco de horas), de formas de contratação (como a contratação por tempo parcial), o que permitiu ao empregador dispensar o trabalhador a qualquer momento, favorecendo, assim, a subcontratação, muito presente nas empresas terceirizadas, nas quais os direitos trabalhistas foram drasticamente reduzidos.

Entre os aspectos específicos da reestruturação da produção e do trabalho no Brasil, temos como características a informalidade, a degradação das

condições de trabalho e a intensificação de problemas de saúde no trabalho.

De acordo com os dados expostos pela socióloga Graça Druck (1953-), a precarização tem aumentado nos últimos anos. Em seu levantamento, feito com base na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), em 2009 havia 101,1 milhões de indivíduos economicamente ativos no Brasil. Dentre esses 101,1 milhões, 8,4 milhões eram desempregados e 8,2 milhões estavam sem remuneração alguma.

Druck entende, assim, que 16,6 milhões de pessoas, isto é, 16,4% da população ativa estava fora do mercado de trabalho. Além disso, observa com base no mesmo censo que dos 84,5 milhões de indivíduos empregados, 43,5 milhões estavam sem carteira assinada, isto é, sem os direitos trabalhistas garantidos pelo emprego formal. Esses números revelam um alto grau de informalidade do trabalho no Brasil.

A intensificação do trabalho, seja pela extensão da jornada, seja pela aceleração no ritmo da produção, com imposição de metas e acúmulo de funções, caracteriza a super exploração do trabalho. Em termos da saúde do trabalhador, nota-se, como mostra Graça Druck, uma evolução no número de acidentes de trabalho na última década, além do aumento de doenças mentais relacionadas à violência nos ambientes de trabalho, derivada da pressão exercida sobre os trabalhadores em razão de uma ideologia de metas produtivas a serem atingidas a qualquer preço.



Segundo a autora, em 2001 foram registrados 340,3 mil acidentes de trabalho no Brasil; já em 2009, o número de acidentes sobe para 723,5 mil, um aumento de 126% em nove anos.

Observa-se, portanto, um quadro de reprodução das formas de desigualdades sociais no Brasil. É importante salientar que as causas dessa desigualdade devem ser pensadas na relação entre vários elementos que compõem a historicidade da sociedade brasileira.

Compreender nosso passado é o ponto de partida para entendermos o Brasil contemporâneo, sobretudo se observarmos como novas demandas, reivindicações e problemas sociais aparecem

mascarados de novidade, mas, na maioria das vezes, têm relação com velhas questões de nossa estrutura social.

QUESTÕES

1. Leia a tirinha apresentada a seguir.



Considerando a linha de produção proposta na charge, fica entendido que:

- A) o sistema apresentado facilita a vida dos trabalhadores, em razão de seus movimentos repetitivos, que tornam a atividade pouco monótona.
- B) a charge mostra um sistema de produção fordista, onde o trabalhador conhece todas as etapas do sistema produtivo.
- C) a repetição de movimentos, característica típica do sistema produtivo apresentado, que leva ao alienamento dos trabalhadores.
- D) o sistema de repetição de funções na linha de produção é característico da Terceira Revolução Industrial e se mostra atualmente bastante eficiente.
- E) a repetição de movimentos torna os trabalhadores mais especializados, permitindo um aperfeiçoamento para desenvolver outras atividades dentro do processo produtivo.

2. (UEL 2010) Observe a charge a seguir:



(BEYNON, H. *Trabalhando para Ford*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.192.)

Com base na charge e nos conhecimentos sobre o tema, considere as afirmativas a seguir:

- I. Um dos impactos do sistema Ford de produção foi o elevado índice de homicídios entre os operários, decorrentes de brigas motivadas por ganhos de produtividade e ritmos extenuantes de trabalho.

II. A separação entre concepção e execução das tarefas representaram, no taylorismo-fordismo, o declínio do operário de ofício e a potencialização do trabalho desqualificado.

III. Datado historicamente, o taylorismo-fordismo foi abandonado com o desenvolvimento das formas de gestão propostas pelo toyotismo, que exige o desprezo pelo controle dos tempos e movimentos.

IV. Embora nascido no espaço fabril, os métodos propostos por Ford se generalizaram no século XX, abarcando o setor de serviços, como é o caso de fast-foods.

Assinale a alternativa correta.

- Somente as afirmativas I e II são corretas.
- Somente as afirmativas II e IV são corretas.
- Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- Somente as afirmativas I, III e IV são corretas.

3. (UFU 2015) Nas últimas décadas, o Brasil experimentou mudanças demográficas, sociais, culturais, econômicas e políticas significativas. A crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho e na política, a melhoria de seu nível educacional, a redução da fecundidade, a postergação da maternidade, a redução da resistência a novos atributos para os papéis feminino e masculino são algumas delas. No entanto, os ritmos de tais mudanças parecem seguir descompassados.

PICANÇO, Felícia Silva. *Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e à vida familiar*. Em: ARAÚJO, C. & SCALON, C. (org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

De acordo com o trecho acima, as desigualdades de gênero na inserção no mercado de trabalho persistiriam devido à

- maior participação dos membros masculinos nas tarefas concernentes ao trabalho doméstico.
- representação de que não cabe apenas ao homem, enquanto chefe de família, o papel de provedor do grupo doméstico.
- crença no fato de que o ingresso feminino no mercado de trabalho gera um prejuízo à família.
- crítica à representação da mulher como naturalmente disposta a assumir os papéis de esposa e mãe.

4. (UEG 2009) A reestruturação produtiva provoca alterações nas relações de trabalho, tornando hegemônica a seguinte forma de organização de trabalho:

- Fayolismo
- Fordismo
- Taylorismo
- Toyotismo

5. (UEL 2008) No capitalismo, os trabalhadores produzem todos os objetos existentes no mercado, isto é, todas as mercadorias; após havê-las produzido, entregam-nas aos proprietários dos meios de produção, mediante um salário; os proprietários dos meios de produção vendem as mercadorias aos comerciantes, que as colocam no mercado de consumo; e os trabalhadores ou produtores dessas mercadorias, quando vão ao mercado de consumo, não conseguem comprá-las. [...] Embora os diferentes trabalhadores saibam que produziram as diferentes mercadorias, não percebem que, como classe social, produziram todas elas, isto é, que os produtores de tecidos, roupas, alimentos [...] são membros da mesma classe social. Os trabalhadores se vêem como indivíduos isolados [...], não se reconhecem como produtores da riqueza e das coisas.

(CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. 13 ed. São Paulo: Ática, 2004. p. 387.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre alienação e ideologia, considere as afirmativas a seguir:

- A consciência de classe para os trabalhadores resulta da vontade de cada trabalhador em superar a situação de exploração em que se encontra sob o capitalismo.
- É no mercado que a exploração do trabalhador torna-se explícita, favorecendo a formação da ideologia de classe.
- A ideologia da produção capitalista constitui-se de imagens e ideias que levam os indivíduos a compreenderem a essência das relações sociais de produção.
- As mercadorias apresentam-se de forma a explicitar as relações de classe e o vínculo entre o trabalhador e o produto realizado.
- O processo de não identificação do trabalhador com o produto de seu trabalho é o que se chama alienação. A ideologia liga-se a este processo, ocultando as relações sociais que estruturam a sociedade.

6. (UEM 2010) Trabalho é uma categoria fundamental do pensamento sociológico. Considerando esse conceito, assinale o que for **correto**.

- É pelo trabalho que o homem constrói o mundo e, nesse processo, constrói a si mesmo.
- A intensificação do processo de divisão social do trabalho promove uma especialização crescente das tarefas.
- Na sociedade capitalista, o trabalho deixa de ser fonte de riquezas, portanto não é capaz de incorporar valor aos meios de produção.
- Por se referir à ação humana, a força de trabalho não pode ser considerada uma mercadoria.

16) O trabalho tem como meta produzir os bens e serviços necessários à manutenção da vida e atender às necessidades criadas pelos homens.

7. (UFU 2012) Levando em consideração as relações do sistema de produção fordista e demais sistemas de produção e suas consequências, constata-se que o trabalho no sistema

A) taylorista baseia-se em trabalhadores multifuncionais, sendo que cada posto de trabalho executa várias tarefas, a fim de diminuir os custos de produção.

B) fordista caracteriza-se pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho, proporcionando a alienação.

C) fordista é repetitivo e parcelado, gerando trabalhadores felizes e satisfeitos por não necessitarem de longos processos de capacitação para o trabalho.

D) toyotista tem a produção vinculada à demanda, ocasionando flexibilização e evitando, assim, as demissões e a precarização, além de possibilitar a utilização racional da força de trabalho.

8. (UEM 2010) “O operário pode ser simplesmente aquele que produz qualquer obra, um indivíduo que trabalha sob as ordens de outros e, mediante um salário, exerce um trabalho, que pode ser manual ou mecânico. Se esse conceito for ainda mais esmiuçado, pode-se encontrar ‘um indivíduo empreendedor, que se dedica à realização de idéias, projetos, promove campanhas, participa de missões e contribui para o bem-estar social’. Há cerca de vinte anos, esta poderia ser uma concepção visionária, presente nos dicionários, do trabalhador das indústrias, mas, hoje, um novo profissional se destaca, mostrando a nova face do operariado.”

(ABREU, Cathia. Novos Operários. *Revista de Sociologia*, Ano I, número 08, p. 58).

Considerando o texto acima e seus conhecimentos sobre as transformações recentes no mundo do trabalho, assinale o que for **correto**.

01) A partir do momento em que o operário passou a executar seus serviços seguindo as ordens de alguém, ele perdeu a capacidade de planejar suas ações.

02) De acordo com o texto, as transformações recentes no mundo do trabalho passaram a exigir um indivíduo que elabore e execute projetos.

04) Frederick Taylor foi o engenheiro que pensou em medidas para a organização dos trabalhadores, possibilitando-lhes liberdade em seu cotidiano, dentro das fábricas.

08) A introdução de esteiras rolantes no processo de produção facilitou a comunicação entre os trabalhadores. Eles passaram, então, a participar dos processos produtivos.

16) As transformações no mundo do trabalho, nesses últimos vinte anos, exigiram maior qualificação e formação profissional para os operários.

9. (UEL 2005) Fordismo é um termo que se generalizou a partir da concepção de Antonio Gramsci, que o utiliza para caracterizar o sistema de produção e gestão empregado por Henry Ford, em sua fábrica, a Ford Motor Co., em Highland Park, Detroit, em 1913. O método fordista de organização do trabalho produziu surpreendente crescimento da produtividade, garantindo, assim, produção em larga escala para consumo de massa. O papel desempenhado pelo fordismo, enquanto sistema produtivo, despertou, por exemplo, a atenção de Charles Chaplin, que o retratou com ironia no filme *Os Tempos Modernos*. Assinale a alternativa que apresenta características desse método de gestão e de organização técnica da produção de mercadorias.

a) Unidade entre concepção e execução, instaurando um trabalho de conteúdo enriquecido, preservandose, assim, as qualificações dos trabalhadores.

b) Substituição do trabalho fragmentado e simplificado, típico da Revolução Industrial, pelas “ilhas de produção”, onde o trabalho é realizado em equipes.

c) Supressão progressiva do trabalhador taylorizado e, conseqüentemente, combate ao “homem boi”, realizador de trabalhos desqualificados, restituindose, em seu lugar, o trabalhador polivalente.

d) Controle dos tempos e movimentos do trabalho, com a introdução da esteira rolante, e de salários mais elevados em relação à média paga nas demais empresas.

e) Redução das distâncias hierárquicas no interior da empresa, como forma de estimular o trabalho em grupos, resultando em menos defeitos de fabricação e maior produção.

10. (UEM 2009) “A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise do século, que atingiu não só a sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua *subjetividade* e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua *forma de ser*”.

(ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? *ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 7ª. edição. Cortez, Campinas, 2000).

Considerando o que diz o trecho acima, assinale o que for **correto**.

01) Na década de 1980, a automação, a robótica e a microeletrônica ocuparam o espaço fabril, afetando as relações de trabalho e a produção do capital.

02) As novas formas produtivas adotadas, a partir das últimas décadas do século XX, por boa parte do setor industrial mundial, correspondem ao chamado *toyotismo*.

04) No final do século XX, novos processos de trabalho emergem favorecendo a crescente substituição da produção em série e de massa pela flexibilização da produção.

08) As transformações recentes no mundo do trabalho provocaram o enfraquecimento dos sindicatos, uma vez que a produção industrial espalhou-se pelo mundo, fragmentando não só a produção, mas também os trabalhadores que estão divididos em filiais pelo mundo todo.

16) As modificações na estrutura produtiva do capitalismo avançado não resultaram num novo modo de organização societária, em relação ao capitalismo da era fordista e taylorista.

11. (UFU 2011) Ao inaugurar a gerência científica, Taylor desejava dar organização (ou dispor em ordem) à produção de mercadorias, a partir de um saber racional, empiricamente constatável e coberto por um véu ideológico de neutralidade, que omite do saber técnico seu conteúdo histórico e social. Este véu, muito comum nas ciências naturais, desdobra-se sobre o universo gerencial por meio de várias práticas.

Acerca da gerência científica, assinale a alternativa correta.

A) A moralização da atividade produtiva transbordava, por sugestão do próprio Taylor, os muros da fábrica e ganhava a rotina familiar por meio da ampliação do tempo livre (jornadas diárias de 8 horas) e do poder de compra (salários de US\$ 5 por dia).

B) A individualização do trabalhador na fábrica – por meio da ampliação da divisão do trabalho ou da segmentação, execução e concepção – pretende, a um só tempo, ampliar a produtividade e evitar a articulação sindical.

C) Vale-se da chamada gestão de talentos, prática por meio da qual se concede autonomia funcional ao trabalhador.

D) Diante das inovações carreadas pela gerência científica, pode-se observar que a ampliação da produtividade impacta, necessariamente, no volume de mais-valia extraído. Essa mais-valia pode ser descrita como exclusivamente absoluta.

12. (UEL 2010) Tenho 32 anos e, como a maioria das pessoas da minha geração, já fui demitido – mais de uma vez. Você fica mal e se sente impotente. Nossos pais entravam em uma empresa e saíam de lá aposentados, mas agora isso é passado. O mercado está em movimento o tempo todo e precisamos nos

preparar para enfrentar essas mudanças. Quem está preparado não fica sem emprego. Por isso corro atrás.

(Depoimento de André Luiz Fernandes. Demita o patrão. *Super Interessante*. São Paulo: Abril, 14 ago. 2009, ed. 268, p. 17.)

Com base no texto e nos conhecimentos atuais sobre o mundo do trabalho, é correto afirmar:

a) O fenômeno assinalado e presente com maior intensidade no Capitalismo a partir dos anos 1990 é definido conceitualmente como “empregabilidade”, isto é, tem maior oportunidade de conseguir emprego quem se qualifica permanentemente.

b) O traço distintivo entre o capitalismo do início do século XX e o do começo do século XXI é que o primeiro era estático, daí garantir estabilidade no emprego até o final do ciclo de vida do trabalhador.

c) O desenvolvimento recente do capitalismo garante trabalho aos que estudam, o que se reflete, hoje, nas baixas taxas de desemprego a níveis mundiais e o sucesso das políticas de pleno emprego.

d) As diferentes fases do capitalismo reforçaram a falta de conexão entre formação, qualificação e possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

e) Foi de modo semelhante que as diversas gerações dos anos de 1950 e 1990 inseriram-se no mercado de trabalho, garantindo planejamento estável em termos de empregabilidade ao longo do tempo de vida produtiva.

13. (UEM 2009) “Após trabalhar com um grupo de mulheres com idades entre 29 e 53 anos, sem filhos e morando sozinhas há mais de 2 anos, a pesquisadora [Eliane Gonçalves] ‘contesta a idéia de que as mulheres estão sós porque esperam seu príncipe encantado, foram preteridas em função das mais jovens ou por motivos afins’, afirmando que ‘há escolhas que elas vão fazendo ao longo da vida, como privilegiar a carreira para marcar seu lugar no mundo’. Segundo Eliane, sob a lógica do ‘familismo’, que pressupõe o par e o casamento como lugares privilegiados de saúde e felicidade, a mulher ‘só’ é percebida como solitária e infeliz, frustrada e insatisfeita, já que sua existência seria medida e avaliada segundo a perspectiva de mulher casada ou que possui um par masculino.”

(HAAG, Carlos. Mulher solteira não procura mais. *Revista Fapesp*, edição 145, março de 2008).

A partir da leitura da citação acima, é **correto** afirmar que

01) as mulheres que vivem sem marido ou companheiro estão nessa situação por serem muito exigentes e perderem na juventude boas oportunidades matrimoniais.

02) a conquista de boas posições no mercado de trabalho é considerada por muitas mulheres um dos fatores predominantes da independência e autonomia feminina.

04) o ato de morar só é característico do isolamento social e de uma anomalia psíquica vivenciada pelas

mulheres que privilegiaram ao longo de suas vidas o estudo e a carreira profissional.

08) é expressão de uma concepção social patriarcalista considerar o solteirismo feminino como uma falta essencial, cristalizada na ideia de solidão e vitimização.

16) a pesquisa realizada comprova que a mulher solteira e sem filhos sofre mais problemas de saúde do que as mulheres casadas.

14. (UFU 2011) Podemos entender o fordismo como uma forma de acumulação do capital que ocorreu no contexto da luta de classes, envolvendo controle e resistência no local de trabalho, assim como um conjunto de relações socioculturais, políticas e educacionais.

A partir da análise do texto acima, é correto afirmar que o fordismo corresponde a:

A) uma forma de organização do trabalho social, datada historicamente, prescindindo da figura do Estado e estabelecendo a livre negociação entre capital e trabalho.

B) uma forma de organização da produção e do trabalho que vem possibilitando grande expansão e acumulação do capital nos dias atuais, particularmente ao longo da década de 1990, caracterizado pelo consumo flexível.

C) uma forma de organização do trabalho social que sempre existiu na sociedade capitalista e que envolve um compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado.

D) uma forma de organização do trabalho social, datada historicamente, que envolveu um compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado o qual buscou assegurar renda e consumo para uma significativa parcela da classe trabalhadora.

15. Na imagem a seguir vemos representada uma criança de 6 anos em seu local de trabalho, no ano de 1908.



Library Of Congress/Washington D. C. (EUA)

Sobre esta imagem, pode-se afirmar que:

a) a imagem atesta a legitimidade do trabalho infantil, como prática tradicional e comum a várias sociedades em diferentes períodos históricos.

b) a imagem representa um fenômeno incomum, de rara ocorrência histórica, que se deu apenas em países de colonização ibérica.

c) a imagem representa um fenômeno histórico que ocorre até hoje nos países situados no hemisfério norte, inclusive com uma legislação específica que o justifica.

d) a imagem representa uma prática que, ao longo da história, foi considerada ilegítima e ilegal apenas na China e Índia.

e) a imagem representa uma prática que, ao longo do século XX, foi sendo considerada, particularmente no mundo ocidental, como não legítima e ilegal.

16. (UEM 2008) – Sobre as relações produtivas desenvolvidas por diferentes grupos sociais ao longo da história, assinale o que for **correto**.

01) Nas sociedades tribais, o trabalho humano está relacionado apenas à satisfação das necessidades básicas do homem, como, por exemplo, garantir a alimentação e o abrigo. Por isso, nesses casos, os processos de trabalho não geram relações propriamente sociais.

02) Segundo muitos autores, para alcançar a sua subsistência, nem todos os grupos humanos viveram de atividades produtivas, como ocorreu historicamente nas sociedades de pescadores, de coletores e de caçadores.

04) Alguns antropólogos afirmam que grupos indígenas, como os ianomâmis, podem ser considerados “sociedades de abundância”, pois dedicam poucas horas diárias às atividades produtivas, mas, apesar disso, têm suas necessidades materiais satisfeitas. Tais necessidades não são crescentes, como ocorre nas sociedades capitalistas.

08) Na sociedade feudal, a terra era o principal meio de produção, porém os direitos sobre ela pertenciam aos senhores. Os camponeses e os servos nunca podiam decidir o que produzir, para quem e quando trocar o fruto do seu trabalho.

16) O modo de produção escravista colonial que ocorreu no Brasil tinha as seguintes características principais: economia voltada para o mercado externo baseada no latifúndio, troca de matérias-primas por produtos manufaturados da metrópole e fraco controle da colônia sobre a comercialização.

17. (UEM 2008) A respeito da organização do processo produtivo na economia capitalista no período pós Segunda Guerra Mundial, assinale o que for **correto**.

01) A concentração espacial das distintas etapas do processo produtivo, o forte controle sobre elas e a acentuada hierarquização das funções constituem características do denominado modelo *fordista*.

02) Pode-se dizer que o *toyotismo* foi uma resposta à crise da economia capitalista mundial manifesta na década de 1970. Ele se caracterizou, entre outros fatores, pela

exigência de maior versatilidade dos trabalhadores para o desempenho das funções.

04) O período em que vigorou hegemonicamente o modelo *fordista* foi acompanhado pela expansão dos serviços públicos. Nos países de capitalismo central, essa expansão produziu o denominado Estado de bem estar social.

08) O *fordismo* caracterizou-se por métodos que procuraram fazer que os próprios operários internalizassem a disciplina de trabalho necessária para a acumulação capitalista. Assim, dispensou a necessidade de várias funções intermediárias do processo produtivo.

16) Embora distintos, o *fordismo* e o *toyotismo* coincidiram, igualmente, com períodos de enfraquecimento das organizações sindicais dos trabalhadores.

18. As chamadas tecnologias da informação (como, por exemplo, a telefonia celular e os meios digitais) têm um grande impacto nas relações de trabalho no mundo contemporâneo. A respeito desse impacto, em termos sociológicos, podemos afirmar:

- As tecnologias da informação têm como única finalidade aumentar o tempo livre dos trabalhadores.
- A partir do uso das tecnologias da informação, a maior parte dos trabalhadores assalariados passou a trabalhar em suas próprias casas.
- O uso das tecnologias da informação pode aumentar o número de horas trabalhadas, pois o tempo livre é, muitas vezes, incorporado como tempo de trabalho.
- As horas de trabalho diminuíram sensivelmente a partir do uso das tecnologias de informação em, praticamente, todo o mundo.
- O uso das tecnologias da informação é a causa fundamental do desemprego estrutural no contexto da globalização.

19. (UEL 2003) A expansão da produção capitalista, nos três primeiros quartos do século XX, esteve assentada principalmente no modelo de organização fordista. A partir dos anos 1970, esse modelo sofreu significativas alterações, decorrentes da dificuldade em enfrentar, através de ganhos de produtividade, a crise que atingiu o sistema capitalista. Impôs-se ao universo da produção a necessidade de profunda reestruturação econômica, expressa pela introdução de novas tecnologias, flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Tais mudanças foram vistas por alguns como ruptura e, por outros, como continuidade do modelo fordista. De qualquer maneira, o mundo do trabalho real do século XXI já não é mais o mesmo.

Sobre os impactos concretos que afetaram a produção e o trabalho no Brasil, no quadro das transformações comentadas no texto, é correto afirmar que houve:

- consolidação do assalariamento regulamentado, através da expansão do emprego com carteira registrada para a totalidade dos trabalhadores.
- fortalecimento do poder de negociação dos sindicatos e elevação contínua da renda dos trabalhadores.
- extinção por inteiro das formas antigas de divisão do trabalho baseada na separação entre concepção e execução, em decorrência da alta qualificação intelectual dos trabalhadores.
- expansão de formas alternativas de organização do trabalho (trabalho informal, doméstico, temporário, por hora e subcontratação) em detrimento do assalariamento tradicional.
- redução drástica das jornadas de trabalho e ampliação do tempo de lazer desfrutado pelos trabalhadores.

20. (UEM 2009) Utilizando seus conhecimentos sobre o conceito de “modo de produção”, assinale o que for **correto** sobre suas características no capitalismo.

- Exige que o trabalho humano acompanhe as constantes transformações do mundo do trabalho, separando as unidades de concepção das de produção.
- Estruturou a divisão da sociedade entre proprietários dos meios de produção e proprietários da força de trabalho. Essa diferenciação marcou não só as relações dentro de ambientes fabris, mas também os locais de moradia e lazer dos trabalhadores.
- Organizou a produção de uma forma de conhecimento científico que propiciou a apropriação intensa da natureza. Contudo os benefícios gerados por tal apropriação não alcançaram a sociedade como um todo.
- Ao mesmo tempo em que deixou o indivíduo livre para trocar sua força de trabalho por salário, gerou um processo de alienação do trabalhador.
- Procurou o aperfeiçoamento técnico constante, mais produtividade dos operários e racionalização dos processos produtivos, com o objetivo de expandir os lucros e baixar os custos de produção.

21. Niels Arkstrom, professor da Copenhagen Business School, compara a atual situação do empregado de uma organização à de um cônjuge num casamento contemporâneo ou de um casal vivendo junto. Em ambos os casos, um estado de emergência (que exige a mobilização de todos os recursos, tanto racionais quanto emocionais) tende ser a norma e não a exceção (...) O trabalho nunca acaba tal como as estipulações de amor e reconhecimento nunca são totais e incondicionais. É uma vida excitante e exaustiva,

excitante para os aventureiros e exaustiva para os fracos de espírito.

Por fim, mas não menos importante, a lógica da versão individualista da habilitação promovida pela economia da experiência torna a cooperação, o comprometimento mútuo e a solidariedade entre colegas de trabalho não apenas redundantes, mas contraproducentes. (...) Agora é cada um por si, com os gerentes recolhendo os ganhos da produtividade derivados daquilo que equivale a meter o “t” de solitário no lugar do “d” de solidário.

BAUMAN, Zygmunt. A arte da vida. Rio de Janeiro, 2009. Jorge Zahar. p.169,170

A reportagem do jornal britânico e o texto analítico do sociólogo polonês podem ser relacionados no sentido de afirmarem que

- A) o mundo do trabalho passa por reformulações profundas cujas exigências podem transformá-lo num pesado fardo para a existência humana.
- B) o fracasso dos movimentos sindicais e trabalhistas deixou apenas o suicídio como forma de conquistar aumentos salariais.
- C) a padronização das relações trabalhistas de modo semelhante às relações amorosas traz benefícios e prejuízos aos trabalhadores.
- D) tais problemas relacionados ao trabalho acabam sendo restritos a países com fraca legislação trabalhista, como é o caso da China.
- E) a produtividade elevada é uma necessidade atual das forças produtivas, e apenas os indivíduos com perfil arrojado e aventureiro são capazes de se adaptarem.

22. Elaborado por Taiichi Ohno, o toyotismo surgiu nas fábricas da montadora de automóvel Toyota, após a Segunda Guerra Mundial. No entanto, esse modo de produção só se consolidou como uma filosofia orgânica na década de 70. O toyotismo possuía princípios que funcionavam muito bem no cenário japonês, que era muito diferente do americano e do europeu. O toyotismo tinha como elemento principal, a flexibilização da produção. Ao contrário do modelo fordista, que produzia muito e estocava essa produção, no toyotismo só se produzia o necessário, reduzindo ao máximo os estoques. Essa flexibilização tinha como objetivo a produção de um bem exatamente no momento em que ele fosse demandado, no chamado Just in Time. Dessa forma, ao trabalhar com pequenos lotes, pretende-se que a qualidade dos produtos seja a máxima possível. Essa é outra característica do modelo japonês: a Qualidade Total. (...)

<http://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/toyotismo.htm>.

A leitura caracteriza o modelo de produção chamado de “Toyotismo”, nos permitindo afirmar que

- A) o toyotismo encontra dificuldade de se consolidar no mercado americano.
- B) sua eficácia diante do fordismo está no aumento da sua produção.
- C) o toyotismo tende a se afirmar como modelo produtivo do mundo globalizado.
- D) com o avanço tecnológico toyotista, os empregados possuem menor carga horária.
- E) o toyotismo perdeu a credibilidade e entrou em declínio após a crise do petróleo.

23. O Taylorismo apresentou-se como um importante modelo produtivo ainda no início do século XX, produzindo transformações na organização da produção e, também, na organização da vida social. A inovação técnica trazida pelo seu método foi a

- A) utilização de estoques mínimos em plantas industriais de pequeno porte.
- B) cronometragem e controle rigoroso do trabalho para evitar desperdícios.
- C) produção orientada pela demanda enxuta atendendo a específicos nichos de mercado.
- D) flexibilização da hierarquia no interior da fábrica para estreitar a relação entre os empregados. E polivalência dos trabalhadores que passaram a realizar funções diversificadas numa mesma jornada.

24. Quando os auditores do Ministério do Trabalho entraram na casa de paredes descascadas num bairro residencial da capital paulista, parecia improvável que dali saíssem peças costuradas para uma das maiores redes de varejo do país. Não fossem as etiquetas da loja coladas aos casacos, seria difícil acreditar que, através de uma empresa terceirizada, a rede pagava 20 centavos por peça a imigrantes bolivianos que costuravam das 8 da manhã às 10 da noite. Os 16 trabalhadores suavam em dois cômodos sem janelas de 6 metros quadrados cada um. Costurando casacos da marca da rede, havia dois menores de idade e dois jovens que completaram 18 anos na oficina.

Adaptado de Época, 04/04/2011

A comparação entre modelos produtivos permite compreender a organização do modo de produção capitalista a cada momento de sua história. Contudo, é comum verificar a coexistência de características de modelos produtivos de épocas diferentes. Na situação descrita na reportagem, identifica-se o seguinte par de características de modelos distintos do capitalismo:

- A) organização fabril do taylorismo – legislação social fordista.
- B) nível de tecnologia do neofordismo – perfil artesanal manchesteriano.

C) estratégia empresarial do toyotismo – relação de trabalho pré-fordista.

D) regulação estatal do pós-fordismo – padrão técnico sistêmico-flexível. E nível pré-fordista – sistema técnico sistêmico-flexível.

25. (UEM 2010) Sobre o modelo fordista-taylorista de organização do trabalho, assinale a(s) alternativa(s) correta(s).

01) Os princípios fordistas visam à produção em série de produtos personalizados de acordo com as demandas do mercado consumidor.

02) A parcialização do trabalho implementada no fordismo fez com que o trabalho executado pelos operários se tornasse mais agradável e menos extenuante.

04) A parcialização fordista ganhou impulso e maior eficiência com a introdução da linha de montagem acoplada à esteira mecânica desenvolvida por Frederick Taylor.

08) O taylorismo pregava a necessidade de um rígido controle e fiscalização da atividade dos operários.

16) Uma das metas do modelo fordista-taylorista era a expropriação do “saber fazer” dos operários e a concentração desse conhecimento nos setores de planejamento das indústrias.

26. Nas últimas décadas, o Brasil experimentou mudanças demográficas, sociais, culturais, econômicas e políticas significativas. A crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho e na política, a melhoria de seu nível educacional, a redução da fecundidade, a postergação da maternidade, a redução da resistência a novos atributos para os papéis feminino e masculino são algumas delas. No entanto, os ritmos de tais mudanças parecem seguir descompassados.

PICANÇO, Felícia Silva. Amélia e a mulher de verdade:

Representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e à vida familiar. em: ARAÚJO, C. & SCAION, C.

(ORg.). Gênero, Família e Trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

De acordo com o trecho acima, as desigualdades de gênero na inserção no mercado de trabalho persistiriam devido

A) maior participação dos membros masculinos nas tarefas concernentes ao trabalho doméstico.

B) representação de que não cabe apenas ao homem, enquanto chefe de família, o papel de provedor do grupo doméstico.

C) crença no fato de que o ingresso feminino no mercado de trabalho gera um prejuízo à família.

D) crítica representação da mulher como naturalmente disposta a assumir os papéis de esposa e mãe.

27. Observe e compare as imagens a respeito do trabalho no Brasil.



(Mãos de escravo africano)



(Mãos de trabalhador na colheita da cana-de-açúcar)

Assinale a alternativa que não corresponde à organização do trabalho na história do Brasil.

a) O retrato da escravidão ainda permanece em nosso país em razão da permanência de formas de trabalho análogas à escravidão.

b) “As mãos” do senhor de engenho no Brasil colonial e do burguês industrial na contemporaneidade, são formas de denúncia social.

c) Na perspectiva da organização do trabalho no Brasil, ainda persiste nos canaviais brasileiros a predominância da mão de obra negra e masculina.

d) A abolição do trabalho escravo refletiu-se em uma nova ordem social, e, atualmente, com a expansão do mercado de trabalho rural para a mão de obra migrante, revelando uma política de inclusão social.

e) As mãos revelam que, historicamente, o trabalho agrícola gerou a formação de um tipo de trabalhador vinculado a grandes empreendimentos econômicos, desde o engenho até a usina.

QUESTÕES ENEM

1. (2010) Um banco inglês decidiu cobrar de seus clientes cinco libras toda vez que recorressem aos funcionários de suas agências. E o motivo disso é que, na verdade, não querem clientes em suas agências; o que querem é reduzir o número de agências, fazendo com que os clientes usem as máquinas automáticas em todo tipo de transações. Em suma, eles querem se livrar de seus funcionários.

HOBSBAWM, E. O novo século. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 (adaptado).

O exemplo mencionado permite identificar um aspecto da adoção de novas tecnologias na economia capitalista contemporânea. Um argumento utilizado pelas empresas e uma consequência social de tal aspecto estão em

- A) qualidade total e estabilidade no trabalho.
- B) pleno emprego e enfraquecimento dos sindicatos.
- C) diminuição dos custos e insegurança no emprego.
- D) responsabilidade social e redução do desemprego.
- E) maximização dos lucros e aparecimento de empregos.

2. (2011) Estamos testemunhando o reverso da tendência histórica da assalarição do trabalho e socialização da produção, que foi característica predominante na era industrial. A nova organização social e econômica baseada nas tecnologias da informação visa à administração descentralizadora, ao trabalho individualizante e aos mercados personalizados. As novas tecnologias da informação possibilitam, ao mesmo tempo, a descentralização das tarefas e sua coordenação em uma rede interativa de comunicação em tempo real, seja entre continentes, seja entre os andares de um mesmo edifício.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2006 (adaptado).

No contexto descrito, as sociedades vivenciam mudanças constantes nas ferramentas de comunicação que afetam os processos produtivos nas empresas. Na esfera do trabalho, tais mudanças têm provocado

- A) o aprofundamento dos vínculos dos operários com as linhas de montagem sob influência dos modelos orientais de gestão.
- B) o aumento das formas de teletrabalho como solução de larga escala para o problema do desemprego crônico.
- C) o avanço do trabalho flexível e da terceirização como respostas às demandas por inovação e com vistas à mobilidade dos investimentos.
- D) a autonomização crescente das máquinas e computadores em substituição ao trabalho dos especialistas técnicos e gestores.
- E) o fortalecimento do diálogo entre operários, gerentes, executivos e clientes com a garantia de harmonização das relações de trabalho.

3. (2011) A introdução de novas tecnologias desencadeou uma série de efeitos sociais que afetaram os trabalhadores e sua organização. O uso de novas tecnologias trouxe a diminuição do trabalho necessário que se traduz na economia líquida do tempo de trabalho, uma vez que, com a presença da automação microeletrônica, começou a ocorrer a diminuição dos

coletivos operários e uma mudança na organização dos processos de trabalho.

Revista Eletrônica de Geografia Y Ciências Sociales. Universidad de Barcelona. No 170(9), 1 ago. 2004.

A utilização de novas tecnologias tem causado inúmeras alterações no mundo do trabalho. Essas mudanças são observadas em um modelo de produção caracterizado

- A) pelo uso intensivo do trabalho manual para desenvolver produtos autênticos e personalizados.
- B) pelo ingresso tardio das mulheres no mercado de trabalho no setor industrial.
- C) pela participação ativa das empresas e dos próprios trabalhadores no processo de qualificação laboral.
- D) pelo aumento na oferta de vagas para trabalhadores especializados em funções repetitivas.
- E) pela manutenção de estoques de larga escala em função da alta produtividade

4. (2012) Uma mesma empresa pode ter sua sede administrativa onde os impostos são menores, as unidades de produção onde os salários são os mais baixos, os capitais onde os juros são os mais altos e seus executivos vivendo onde a qualidade de vida é mais elevada.

SEVCENKO, N. A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 (adaptado).

No texto estão apresentadas estratégias empresariais no contexto da globalização. Uma consequência social derivada dessas estratégias tem sido

- A) o crescimento da carga tributária.
- B) o aumento da mobilidade ocupacional.
- C) a redução da competitividade entre as empresas.
- D) o direcionamento das vendas para os mercados regionais.
- E) a ampliação do poder de planejamento dos Estados nacionais.

5. (2012)



Disponível em <http://primeira-serie.blogspot.com.br>. Acesso em: 07 de dez. 2011 (adaptado).

Na imagem do início do século XX, identifica-se um modelo produtivo cuja forma de organização fabril baseava-se na

- A) autonomia do produtor direto.
- B) adoção da divisão sexual do trabalho.
- C) exploração do trabalho repetitivo.
- D) utilização de empregados qualificados.
- E) incentivo à criatividade dos funcionários.

6. (2013) Um trabalhador em tempo flexível controla o local do trabalho, mas não adquire maior controle sobre o processo em si. A essa altura, vários estudos sugerem que a supervisão do trabalho é muitas vezes maior para os ausentes do escritório do que para os presentes. O trabalho é fisicamente descentralizado e o poder sobre o trabalhador, mais direto.

SENNETT R. A corrosão do caráter, consequências pessoais do novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999 (adaptado). Comparada à organização do trabalho característica do taylorismo e do fordismo, a concepção de tempo analisada no texto pressupõe que

- a) as tecnologias de informação sejam usadas para democratizar as relações laborais.
- b) as estruturas burocráticas sejam transferidas da empresa para o espaço doméstico.
- c) os procedimentos de terceirização sejam aprimorados pela qualificação profissional.
- d) as organizações sindicais sejam fortalecidas com a valorização da especialização funcional.
- e) os mecanismos de controle sejam deslocados dos processos para os resultados do trabalho.

7. (2014) O jovem espanhol Daniel se sente perdido. Seu diploma de desenhista industrial e seu alto conhecimento de inglês devem ajudá-lo a tomar um rumo. Mas a taxa de desemprego, que supera 52% entre os que têm menos de 25 anos, o desnorreia. Ele está convencido de que seu futuro profissional não está na Espanha, como o de, pelo menos, 120 mil conterrâneos que emigraram nos últimos dois anos. O irmão dele, que é engenheiro-agrônomo, conseguiu emprego no Chile. Atualmente, Daniel participa de uma “oficina de procura de emprego” em países como Brasil, Alemanha e China. A oficina é oferecida por uma universidade espanhola.

GUILAYN. P. Na Espanha, universidade ensina a emigrar. O Globo. 17 fev. 2013 (adaptado).

A situação ilustra uma crise econômica que implica

- a) valorização do trabalho fabril.
- b) expansão dos recursos tecnológicos.
- c) exportação de mão de obra qualificada.
- d) diversificação dos mercados produtivos.
- e) intensificação dos intercâmbios estudantis.

8. (2014)

Mas plantar pra dividir
 Não faço mais isso, não.
 Eu sou um pobre caboclo,
 Ganho a vida na enxada.
 O que eu colho é dividido
 Com quem não planta nada.
 Se assim continuar
 vou deixar o meu sertão,
 mesmo os olhos cheios d'água
 e com dor no coração.
 Vou pro Rio carregar massas
 pros pedreiros em construção.
 Deus até está ajudando:
 está chovendo no sertão!
 Mas plantar pra dividir,
 Não faço mais isso, não.

VALE. J.; AQUINO. J. B. Sina de caboclo. São Paulo: Polygram. 1994 (fragmento).

No trecho da canção, composta na década de 1960, retrata-se a insatisfação do trabalhador rural com

- a) a distribuição desigual da produção.
- b) os financiamentos feitos ao produtor rural.
- c) a ausência de escolas técnicas no campo.
- d) os empecilhos advindos das secas prolongadas.
- e) a precariedade de insumos no trabalho do campo.

9. (2014)

TEXTO I



Disponível em: <http://twistedstifer.com>. Acesso em: 5 nov. 2013 (adaptado).

TEXTO II

A Índia deu um passo alto no setor de teleatendimento para países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos e as nações europeias. Atualmente mais de 245 mil indianos realizam ligações para todas as partes do mundo a fim de oferecer cartões de créditos ou telefones celulares ou cobrar contas em atraso.

Disponível em: www.conectacallcenter.com.br. Acesso em: 12 nov. 2013 (adaptado).

Ao relacionar os textos, a explicação para o processo de territorialização descrito está no(a)

- a) aceitação das diferenças culturais.
- b) adequação da posição geográfica.
- c) incremento do ensino superior.
- d) qualidade da rede logística.
- e) custo da mão de obra local.

10. (2014)



NEVES, E. Engraxate. Disponível em: www.grafar.blogspot.com. Acesso em: 15 fev. 2013.

Considerando-se a dinâmica entre tecnologia e organização do trabalho, a representação contida no cartum é caracterizada pelo pessimismo em relação à

- ideia de progresso.
- concentração do capital.
- noção de sustentabilidade.
- organização dos sindicatos.
- obsolescência dos equipamentos.

11. (2015) Um carro esportivo é financiado pelo Japão, projetado na Itália e montado em Indiana, México e França, usando os mais avançados componentes eletrônicos, que foram inventados em Nova Jérsei e fabricados na Coréia. A campanha publicitária é desenvolvida na Inglaterra, filmada no Canadá, a edição e as cópias, feitas em Nova York para serem veiculadas no mundo todo. Teias globais disfarçam-se com o uniforme nacional que lhes for mais conveniente.

A viabilidade do processo de produção ilustrado pelo texto pressupõe o uso de:

- linhas de montagem e formação de estoques
- empresas burocráticas e mão de obra barata
- controle estatal e infraestrutura consolidada
- organização em rede e tecnologia de informação
- gestão centralizada e protecionismo econômico

12. (2015) No final do século XX e em razão dos avanços da ciência, produziu-se um sistema presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema uma presença planetária. Um mercado que utiliza esse sistema de técnicas avançadas resulta nessa globalização perversa.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2008 (adaptado).

Uma consequência para o setor produtivo e outra para o mundo do trabalho advindas das transformações citadas no texto estão presentes, respectivamente, em:

- Eliminação das vantagens locacionais e ampliação da legislação laboral.

- Limitação dos fluxos logísticos e fortalecimento de associações sindicais.
- Diminuição dos investimentos industriais e desvalorização dos postos qualificados.
- Concentração das áreas manufatureiras e redução da jornada semanal.
- Automatização dos processos fabris e aumento dos níveis de desemprego.

13. (2015) Dominar a luz implica tanto um avanço tecnológico quanto uma certa liberação dos ritmos cíclicos da natureza, com a passagem das estações e as alternâncias de dia e noite. Com a iluminação noturna, a escuridão vai cedendo lugar à claridade, e a percepção temporal começa a se pautar pela marcação do relógio. Se a luz invade a noite, perde sentido a separação tradicional entre trabalho e descanso — todas as partes do dia podem ser aproveitadas produtivamente.

SILVA FILHO, A. L. M. Fortaleza: imagens da cidade. Fortaleza: Museu do Ceará; Secult-CE, 2001 (adaptado).

Em relação ao mundo do trabalho, a transformação apontada no texto teve como consequência a

- melhoria da qualidade da produção industrial.
- redução da oferta de emprego nas zonas rurais.
- permissão ao trabalhador para controlar seus próprios horários.
- diminuição das exigências de esforço no trabalho com máquinas.
- ampliação do período disponível para a jornada de trabalho.

14. (2015) Uma dimensão da flexibilização do tempo de trabalho é a sutileza cada vez maior das fronteiras que separam o espaço de trabalho e o do lar, o tempo de trabalho e o de não trabalho. Os mecanismos modernos de comunicação permitem que, no horário de descanso, os trabalhadores permaneçam ligados à empresa. Mesmo não exercendo diretamente suas atividades profissionais, o trabalhador fica à disposição da empresa ou leva problemas para refletir em casa. É muito comum o trabalhador estar de plantão, para o caso de a empresa ligar para o seu celular ou *pager*. A remuneração para esse estado de alerta é irrisória ou inexistente.

KREIN, J. D. Mudanças e tendências recentes na regulação do trabalho. In: DEDECCA, C. S.; PRONI, M. W. (Org.). **Políticas públicas e trabalho**: textos para estudo dirigido. Campinas: IE/Unicamp; Brasília: MTE, 2006 (adaptado).

A relação entre mudanças tecnológicas e tempo de trabalho apresentada pelo texto implica o

- prolongamento da jornada de trabalho com a intensificação da exploração.
- aumento da fragmentação da produção com a racionalização do trabalho.
- privilegio de funcionários familiarizados com equipamentos eletrônicos.

- d) crescimento da contratação de mão de obra pouco qualificada.
 e) declínio dos salários pagos aos empregados mais idosos.

15. (2016) A mundialização introduz o aumento da produtividade do trabalho sem acumulação de capital, justamente pelo caráter divisível da forma técnica molecular-digital do que resulta a permanência da má distribuição da renda: exemplificando mais uma vez, os vendedores de refrigerantes às portas dos estádios viram sua produtividade aumentar graças ao *just in time* dos fabricantes e distribuidores de bebidas, mas para realizar o valor de tais mercadorias, a forma de trabalho dos vendedores é a mais primitiva. Combina-se, pois, acumulação molecular digital com o puro uso da força de trabalho.

OLIVEIRA, F. Crítica da razão dualista e o ornitorrinco. Campinas: Boitempo, 2003.

Os aspectos destacados no texto afetam diretamente questões como emprego e renda, sendo possível explicar essas transformações pelo(a)

- a) crise bancário e o fortalecimento do capital industrial.
 b) inovação *toyotista* e a regularização do trabalho informal.
 c) impacto da tecnologia e as modificações na estrutura produtiva.
 d) emergência da globalização e a expansão do setor secundário.
 e) diminuição do tempo de trabalho e a necessidade de diploma superior.

16. (2016.2)



Frank & Ernest Thaves 1996 Thaves / Dist. By Universal Uclick for UFS

A forma de organização interna da indústria citada gera a seguinte consequência para a mão de obra nela inserida:

- a) Ampliação da jornada diária.
 b) Melhoria da qualidade do trabalho.
 c) Instabilidade nos cargos ocupados.
 d) Eficiência na prevenção de acidentes.
 e) Desconhecimento das etapas produtivas.

17. (2016.2) A imagem da relação patrão-empregado geralmente veiculada pelas classes dominantes brasileiras na República Velha era de que esta relação se assemelhava era uma espécie de “juiz doméstico” que procurava guiar e aconselhar o trabalhador, que, em

troca, devia realizar suas tarefas com dedicação e respeitar o seu patrão.

CHALHOUB, S. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Unicamp, 2001.

No contexto da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a construção da imagem descrita no texto tinha por objetivo

- a) esvaziar o conflito de uma relação baseada na desigualdade entre os indivíduos que dela participavam.
 b) driblar a lentidão da nascente Justiça do Trabalho, que não conseguia conter os conflitos cotidianos.
 c) separar os âmbitos público e privado na organização do trabalho para aumentar a eficiência dos funcionários.
 d) burlar a aplicação das leis trabalhistas conquistadas pelos operários nos primeiros governos civis do período republicano.
 e) compensar os prejuízos econômicos sofridos pelas elites em função da ausência de indenização pela libertação dos escravos.

18. (2016.2) A característica fundamental é que ele não é mais somente um agricultor ou um pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não agrícolas dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais como nas novas atividades que vêm se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais.

SILVA, J. G. O novo rural brasileiro. Revista Nova Economia, n. 1, maio 1997 (adaptado).

Essa nova forma de organização social do trabalho é denominada

- a) terceirização.
 b) pluriatividade.
 c) agronegócio.
 d) cooperativismo.
 e) associativismo.

GABARITO**QUESTÕES**

1. c
2. b
3. c
4. d
5. e
6. 1/2/16
7. b
8. 2/4/16
9. d
10. 1/2/4/16
11. b
12. a
13. 2/8
14. d
15. e
16. 4/16
17. 1/2/4
18. c
19. d
20. 1/2/4/8/16
21. a
22. c
23. b
24. c
25. 4/8/16
26. c
27. d

QUESTÕES ENEM

1. c
2. c
3. c
4. b
5. c
6. d

7. c
8. a
9. e
10. a
11. d
12. e
13. e
14. a
15. c
16. e
17. a
18. b